Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Terça-feira, 3 de Novembro de 2026 | campinas.correiodamanha.com.br | Ano CXXV Nº 25.135 | R$ 5,00

Tentativa de calar a direita fracassou com a ida de Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos

MAGNAVITA - PÁGINA 15

CNPEM decifra metástases e novas estratégias contra o câncer de mama

Centro em Campinas estuda resistência a tratamentos para avançar contra a doença

PÁGINA 6

VILA GALÉ EXPANDE INVESTIMENTOS NO NORDESTE BRASILEIRO

A Vila Galé inaugurou, no fim de outubro, dois hotéis no Nordeste. O primeiro, no dia 27, em São Luís, capital do Maranhão, o Vila Galé Collection Ópera São Luís, e o segundo, no dia 31, em Cabo de Santo Agostinho, cidade de Pernambuco, chamado de Vila Galé Reserva do Paiva. As unidades representam a forte presença da rede no país. Na foto ao lado, o presidente e fundador do Vila Galé, Dr. Jorge Rebelo de Almeida, com a governadora em exercício de Pernambuco, Priscila Krause, o administrador da Vila Galé, Gonçalo Rebelo de Almeida e autoridades e empresários de Pernambuco.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

CM



Região de Campinas tem 5,8 mil vagas de emprego

A Região Administrativa de Campinas fechou o mês de outubro com 5.847 vagas abertas nos Postos de Atendimento ao Trabalhador. Valinhos e Indaituba se destacaram.

PÁGINA 7

Dança das 'cadeiras' nas secretarias municipais de Sorocaba

Trocas no primeiro escalão ocorreram de 10 a 30 de outubro. Reorganização envolveu o retorno de titulares e nova chefia para a pasta de Secretaria de Esporte.

PÁGINA 8

MARCELO LINCE/DIVULGAÇÃO

Premiada no cinema pelo aclamado 'Cyclone', Luiza Mariani leva ao Teatro Poeira sua experiência pessoal de mastectomia dupla em reflexão sobre o corpo feminino em 'O Que Meu Peito Carrega Sobre Mim', espetáculo com direção de Bia Lessa. Página 3



Alexis rebate ministro de Lula sobre ajuste fiscal

Para suplente a deputado federal, vitória nas urnas não autoriza "atos autoritários ou a perda de direitos fundamentais no país". Defende ainda o cumprimento das normas jurídicas

PÁGINA 5

Estudantes fazem ato após ataque a indígena

Manifestação em Campinas e em 11 capitais repudia violência política pós-eleições; aluno da Unicamp de Limeira teve arma na cabeça, caso motivou nota de repúdio da reitoria

PÁGINA 6

Campinas tem 140.784 morando em favelas

Levantamento é do Observatório Metropolitano Paulista da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

PÁGINA 5

TALES FARIA

ACORDO ENTRE ALCOLUMBRE E GOVERNO ISOLA PL

PÁGINA 2

SÔNIA PAES

O CRIME NÃO PODE VIRAR PODER PARALELO NO BRASIL

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Volta do Senado com acordo entre governo e Alcolumbre isola PL

O Senado retoma seus trabalhos nesta semana sob o marco de um grande acordo entre o governo e o centrão para reeleger Davi Alcolumbre (União-AP) como presidente da Casa na próxima legislatura.

Ainda estão sendo acertados os últimos pontos desse acordo, mas ele deve isolar a oposição liderada pelos bolsonaristas, blindar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) contra impeachments e empossar o novo ministro da Corte.

A dúvida sobre o futuro ministro do STF está entre Rodrigo Pacheco, atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) apadrinhado por Alcolumbre, e o preferido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o advogado-geral da União, Jorge Messias. A disputa entre os dois pelo STF causou longa queda-de-braço só pacificada pelo risco de Lula e Alcolumbre serem derrotados na tentativa de se manterem no comando do Senado e do Palácio do Planalto. Mas agora eles se acertaram.

Está definido que Lula apoiará a reeleição de Alcolumbre, desbancando o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho (PL-RN), que o PL trabalhava para presidir o Senado na expectativa de vitória nas eleições presidenciais. Com Flávio derrotado, acabaram as chances de Marinho.

Alcolumbre já começa a pagar o cumprimento do acordo. Ele pautou para esta terça-feira, 03, a votação da PEC da Segurança, que reorganiza o sistema de segurança pública, estabelece novas competências entre o governo federal e os entes da federação responsáveis pelo setor. O texto prevê mais recursos para a área, com a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição.

O presidente Lula considera a aprovação absolutamente prioritária para que possa criar, ainda neste governo, o Ministério da Segurança. O nome do futuro ministro (ou ministra!) está sendo guardado a sete chaves no Palácio do Planalto.

O acordo com Alcolumbre prevê ainda a aprovação do Orçamento de 2027 e das medidas provisórias das bets e do novo Desenrola, além de um pacote fiscal que ainda está em elaboração pelo governo.

A nova composição do Senado e a reeleição de Lula favoreceram a montagem do acordo. Os partidos eleitos se dividiram entre os 32 senadores da extrema direita (PL + Novo) e os 16 da esquerda (PT + PSB + PDT + Rede), mais e 12 do chamado centro democrático (MDB + PSD). Nesse quadro, se tornaram decisivos os 21 integrantes do centrão (PP + União + Republicanos + Podemos + PSDB) mais o senador Romário (sem partido).

Ao anunciar apoio à reeleição de Alcolumbre o centrão na prática deixou o grupo de extrema direita isolado, pois o atual presidente do Senado já estava fechado com o Palácio do Planalto, assim como o chamado centro democrático. Esse bloco de partidos que estarão ligados ao governo na próxima legislatura, por obra e graça da articulação de Alcolumbre, abrigará 49 senadores. Representa três quintos da composição da Casa, o suficiente para aprovar emendas constitucionais.

O impeachment de ministros do STF, por sua vez, é pautado exclusivamente pelo presidente do Senado. E Alcolumbre é aliado de primeira hora do grupo de Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Portanto, blindará ambos.

SÔNIA PAES

Jornalista e editora do Correio Sul Fluminense

O crime não pode virar poder paralelo

O Brasil enfrenta um desafio que ultrapassa os limites da segurança pública. O crescimento do crime organizado e sua capacidade de controlar territórios, impor regras, intimidar moradores e interferir na economia representam uma ameaça direta à autoridade do Estado e ao funcionamento das instituições. Quando criminosos passam a determinar quem pode circular, trabalhar, abrir um estabelecimento ou permanecer em determinada comunidade, não estamos mais diante apenas de um problema policial. Estamos diante de uma disputa pelo poder.

A situação é particularmente preocupante porque esse domínio não se estabelece somente pela violência armada. As organizações criminosas desenvolvem estruturas de influência, ampliam suas fontes de financiamento, infiltram-se em atividades econômicas e constroem redes de intimidação que alcançam moradores, comerciantes e até agentes públicos. Em determinadas localidades, a população passa a conviver com regras impostas por criminosos, como se a autoridade constituída tivesse deixado de existir.

Esse cenário representa uma inversão inaceitável da ordem democrática. O cidadão paga impostos, cumpre leis e espera do poder público a garantia de seus direitos fundamentais. Não pode, portanto, ser obrigado a pedir autorização a uma organização criminosa para exercer sua liberdade de ir e vir. Tampouco pode aceitar que o funcionamento de uma escola, de um comércio ou de um serviço público dependa da conveniência de grupos armados.

O mais grave é que o avanço dessas organizações não acontece no vazio. Ele encontra espaço onde faltam presença permanente do Estado, políticas públicas consistentes, investigação eficiente e capacidade de resposta das instituições. A ausência de serviços essenciais e a precariedade das oportunidades sociais contribuem para ambientes de vulnerabilidade que podem ser explorados pelo crime. Mas é preciso deixar claro: nenhuma desigualdade social justifica a imposição de um regime de violência, extorsão e medo.

A segurança pública precisa ser tratada como uma responsabilidade central do Estado, e não como uma pauta secundária, acionada apenas quando uma crise ganha repercussão. Operações policiais são necessárias, mas não podem ser confundidas com uma política de segurança. Entrar em uma comunidade, prender suspeitos e apreender armas é importante. Entretanto, se as instituições deixam de atuar de forma permanente depois da operação, o espaço pode voltar a ser ocupado pelas mesmas organizações.

EDITORIAL

Quando a ciência devolve a esperança

Há notícias que vão além dos limites da informação, reconciliando-nos com a esperança. A história de Nayumi Gentil Oliveira, de 19 anos, que voltou a estudar depois de enfrentar um agressivo câncer cerebral, é uma delas. O relato de superação ilustra o extraordinário poder da ciência quando o conhecimento produzido nas universidades encontra o seu verdadeiro destino: preservar vidas e devolver futuros.

Diagnosticada com glioblastoma, Nayumi recebeu um prognóstico devastador: menos de um ano de vida. Os tratamentos convencionais não conseguiram conter o avanço da doença. Foi na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que surgiu uma nova possibilidade, uma imunoterapia experimental desenvolvida por pesquisadores da instituição. O tumor diminuiu e se estabilizou, permitindo que a jovem retomasse os estudos e concluísse a escola.

A tecnologia OncoTherad, desenvolvida e patenteada pela Unicamp, ainda está em investigação para esse tipo de câncer. Contudo, a resposta observada na paciente representa um sinal promissor em um campo da medicina marcado por desafios imensos.

Além disso, há algo profundamente comovente na dimensão humana dessa conquista. Para quem enfrenta uma doença tão grave, voltar à sala de aula, voltar a fazer planos e sonhar com a universidade são vitórias que nenhuma estatística pode traduzir. Nayumi ainda enfrenta dificuldades de concentração, mas preserva algo essencial: a vontade de seguir adiante.

A história também diz respeito a uma questão que deveria ocupar permanentemente o centro das prioridades nacionais: o investimento em ciência, pesquisa e universidades públicas. Descobertas como essa não surgem do acaso. Elas são resultado de anos de investigação, dedicação de profissionais qualificados, infraestrutura e recursos contínuos.

Em tempos nos quais o financiamento científico frequentemente disputa espaço com interesses imediatistas, casos como esse demonstram que investir em conhecimento é um compromisso com a vida. Cada laboratório equipado, cada pesquisador valorizado e cada projeto financiado representam a diferença entre a resignação e uma nova possibilidade terapêutica.

Aos 60 anos, a Universidade Estadual de Unicamp reafirma a sua relevância não apenas pela excelência acadêmica, mas também pela capacidade de transformar pesquisa em benefícios concretos para a sociedade.

Que a trajetória de Nayumi inspire esperança e aumente os investimentos em pesquisas científicas, sem alimentar falsas promessas, despertando a consciência de que descobertas precisam avançar com segurança e, quando comprovadas, alcançar aqueles que delas necessitam, independentemente da condição econômica.

O caso reforça a importância de garantir recursos para que pesquisas avancem e novas terapias sejam desenvolvidas.Porque, às vezes, o maior triunfo da ciência não reside na prolongação da vida, mas em permitir que o ser humano volte a sonhar com ela. A ciência abre caminhos.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

VITTOR SALES



Tarcísio e Flávio durante ato de campanha no segundo turno em SP

Aliados defendem Tarcísio após críticas da extrema-direita

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu apoio de aliados nas redes sociais após críticas de eleitores bolsonaristas. A reação ocorreu depois de Tarcísio reconhecer a vitória de Lula (PT) sobre Flávio Bolsonaro (PL) nas urnas e admitir a possibilidade de disputar a Presidência em 2030. Entre os que publicaram mensagens de apoio ao governador estão o presidente da Alesp, André do Prado (PL), o líder do governo na Casa, Gilmaci Santos (Republicanos), o deputado Capitão Telhadinha (PP), o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, e o chefe da Casa Militar, coronel Henguel Ricardo Pereira. Até segunda(2) o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o senador eleito Guilherme Derrite (PP) não haviam feito manifestações semelhantes. O episódio ocorre em meio à reorganização da direita após a eleição presidencial e à saída de Flávio Bolsonaro do país.

Porto de Santos abre temporada de cruzeiros

A temporada de cruzeiros 2026/2027 começou na última semana, no Porto de Santos, com a primeira escala do navio Buenavista no terminal Concais. Até 4 de abril de 2027, dez embarcações devem passar pelo local. A expectativa é movimentar 900 mil passageiros, ante cerca de 800 mil na temporada anterior. O MSC Virtuosa, com capacidade para 6,3 mil pessoas, tem chegada prevista para 2 de dezembro. Segundo a APS, navios com maior frequência de escalas podem receber descontos nas tarifas de acesso ao porto.

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS



Navio Buenavista passou no Porto de Santos pela primeira vez

Protesto contra a reforma da Educação

A Apeoesp e a deputada Professora Bebel (PT) convocaram professores para um ato nesta terça-feira (3), às 14h, na Assembleia Legislativa de São Paulo, contra o PL 1316/2025, do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). A proposta altera regras da carreira docente, vinculando promoções à avaliação de desempenho, ampliando possibilidades de remoção e retomando a contagem de faltas-dia pela soma de faltas-aula. A entidade afirma que as medidas prejudicam os docentes e tenta impedir a votação do projeto.

CDHU prorroga prazo para corrigir renda

A CDHU prorrogou até 3 de novembro o prazo para 20,6 mil inscritos corrigirem a informação sobre renda familiar no processo de seleção de mil moradias na capital. Uma falha no sistema afetou 75,7 mil cadastros, dos quais 55,1 mil já foram atualizados. Quem não informar o valor exato continuará na seleção, mas ficará atrás de candidatos com a mesma pontuação que tenham os dados completos para desempate, conforme o edital.

Aumento ICMS I

O ICMS (Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis vai aumentar a partir de 1º de fevereiro de 2027. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e vale para todo o país. Na gasolina, o imposto passará de R$ 1,57 para R$ 1,64 por litro, alta de 4,5%. No diesel, subirá de R$ 1,17 para R$ 1,30, reajuste de 11,1%.

Aumento ICMS II

No gás de cozinha, a cobrança passará de R$ 1,47 para R$ 1,54 por quilo, aumento de 4,8%. Para um botijão de 13 quilos, serão R$ 0,91 adicionais em tributos. Os reajustes foram calculados com base nos preços médios apurados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O impacto nos preços finais dependerá do repasse feito pelas empresas.

Maioridade Penal

O deputado federal Fausto Pinato (UNIÃO-SP) apresentou requerimento para realizar um seminário regional em São Paulo sobre a PEC 32/2015, que trata da redução maioridade penal de 18 para 16 anos. O objetivo é ampliar o debate sobre o tema. O pedido aguarda deliberação da comissão especial da Maioridade Penal, com reunião agendada para esta terça-feira(3).

Comércio eletrônico

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara tem na pauta desta terça-feira (3) o PL 484/2026, do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). A proposta regulamenta as relações entre plataformas de comércio eletrônico e vendedores parceiros, estabelece regras de transparência, prazos para mudanças contratuais e proíbe práticas abusivas.

Seminário Minerais críticos

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) será o moderador de quatro painéis do seminário sobre a implementação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, nesta terça-feira (3), na Câmara dos Deputados. O evento discutirá financiamento, industrialização, agregação de valor, rastreabilidade e sustentabilidade na cadeia mineral brasileira.

Influencer ameaçado

A deputada estadual Paula da Bancada Feminista (PSOL) cobrou da Secretaria da Segurança Pública providências sobre ameaças ao jornalista e influenciador Mateus Fernandes, de Guarulhos, fundador do InfoPerifa. Segundo o requerimento, ele sofreu ameaças de morte e ataques racistas após declarar apoio a Lula nas eleições de 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Projeto de Erundina(PSOL) e outros deputados estava parado desde 2023

Erundina propôs gratuidade no transporte público antes de Lula

Governo Lula só enviou PEC antes do segundo turno da eleição presidencial

Da **Redação**

A deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) apresentou, na quinta-feira (29), um requerimento à Câmara dos Deputados solicitando a tramitação conjunta de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do financiamento do transporte público coletivo e da gratuidade das tarifas.

O Requerimento 4.366/2026 pede que a PEC 18/2026, apresentada pouco antes do segundo turno da eleição presidencial pelo governo do presidente Lula(PT), seja anexada à PEC 25/2023, de autoria de Erundina e outros parlamentares, que estava parada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) desde 2023.

A PEC 18/2026 prevê a destinação de parte dos recursos das emendas parlamentares de execução obrigatória para custear a gratuidade do transporte coletivo urbano. A proposta altera o artigo 166 da Constituição Federal, que estabelece regras para a execução do orçamento público.

Na prática, o texto busca criar uma fonte de financiamento para a tarifa zero, permitindo que recursos indicados por deputados e senadores sejam utilizados para custear o transporte gratuito. A medida, entretanto, não determina a implantação imediata da gratuidade.

Já a PEC 25/2023, apresentada por Erundina, Erika Kokay (PT-DF), Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) e outros parlamentares, propõe a criação do Sistema Único de Mobilidade. O objetivo é estabelecer diretrizes nacionais para o transporte público, ampliar o acesso da população e organizar seu financiamento.

A proposta também prevê a possibilidade de criação de uma contribuição pelo uso do sistema viário, destinada ao custeio do transporte coletivo urbano. A medida busca reduzir a dependência das tarifas pagas pelos passageiros.

Na justificativa do requerimento, Erundina argumenta que as duas PECs tratam de matérias relacionadas e que sua análise conjunta permitiria ampliar o debate legislativo sobre o financiamento da mobilidade urbana. Segundo a deputada federal, que deixará a Câmara para assumir o cargo de deputada na Alesp, a tramitação conjunta também evitaria decisões contraditórias durante a análise das propostas.

Como a PEC 25/2023 é mais antiga, teria precedência na tramitação. O pedido de apensamento ainda depende de decisão da Presidência da Casa.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

PREFEITURA DE SÃO PAULO



A prefeitura afirmou ter cobrado das empresas o cumprimento

Câmara analisa pedido de impeachment contra Nunes

Uma comissão especial da Câmara de São Paulo começou a analisar, na quinta-feira (29), um pedido de impeachment de Ricardo Nunes (MDB). A denúncia aponta descumprimento de uma ordem da Justiça Eleitoral para que toda a frota de ônibus circulasse no segundo turno, no domingo (25). Segundo os vereadores, apenas 60% dos veículos operaram. O pedido também acusa o prefeito de assédio eleitoral e abuso de poder por supostamente obrigar servidores comissionados a participar de atos da campanha de Flávio Bolsonaro. A prefeitura afirmou ter cobrado das empresas o cumprimento da decisão, mas alegou dificuldades para ampliar a frota. Com sete integrantes, a comissão tem Major Palumbo (PP) como relator. O parecer está previsto para terça-feira (3). Se favorável à denúncia, será levado ao plenário, que decidirá sobre a abertura de uma Comissão Processante.

Nunes tem aval de Tarcísio para governo de SP

Prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi apontado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) como um possível candidato ao governo paulista em 2030. Em entrevista ao Estadão, Tarcísio afirmou que a gestão do prefeito na capital o credencia à disputa e avaliou que a eleição municipal ampliou sua projeção no estado. O governador ponderou, porém, que é cedo para definir a sucessão. Segundo ele, a escolha definitiva dependerá da composição política e da viabilidade dos nomes no momento da eleição.

VITTOR SALES/DIVULGAÇÃO CAMPANHA FLÁVIO BOLSONARO



Ricardo Nunes, Flávio Bolsonaro e Tarcísio de Freitas

Prefeitura e Jockey firmam acordo para parque

A Prefeitura de São Paulo e o Jockey Club assinaram, quinta-feira (29), um termo para implantar um parque municipal de 85 mil metros quadrados na área interna da pista do hipódromo, em Cidade Jardim, na Zona Sul. A entrega está prevista para 1º de outubro de 2028, com investimento privado estimado em R$ 100 milhões. O clube será responsável pelas obras e pela cessão do terreno ao Município. O projeto prevê quadras, lagos, circuito de caminhada, bosque sensorial e espaços para crianças e animais.

Clube paga impostos após parceria com o banco

O termo foi assinado após um acordo entre o Jockey Club e o BTG Pactual para quitar débitos municipais, restaurar bens tombados e remodelar o hipódromo. A parceria foi aprovada pelos associados em assembleia em 13 de outubro e viabilizou o pagamento de R$ 228 milhões em impostos atrasados, segundo a Prefeitura. O parque deverá funcionar em conjunto com as atividades do hipódromo, conforme o termo.

CPI contra Nunes

A comissão especial que analisa denúncia contra o prefeito de São Paulo tem reunião marcada para esta terça-feira (3), das 11h às 15h, no Plenário 1º de Maio, no primeiro andar da Câmara Municipal. O colegiado responde pela emissão de parecer sobre a denúncia. A transmissão poderá ser acompanhada pela página on-line do Legislativo.

Sessão Ordinária

A Câmara Municipal de São Paulo tem sessão ordinária marcada para esta terça-feira (3), às 15h, no Plenário 1º de Maio, no primeiro andar do Legislativo. A agenda informa o horário e o local da reunião sem detalhar os assuntos que serão tratados. A sessão terá transmissão pela internet, na página de auditórios on-line do portal da Câmara.

Audiência pública

A fiscalização de bicicletas, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos será tema de audiência pública semipresencial nesta terça-feira (3), das 19h às 22h, na Câmara de São Paulo. A Comissão de Trânsito promove o debate no Auditório Prestes Maia, no primeiro andar, com transmissão via internet.

CCJ da Câmara Municipal

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara de São Paulo realiza audiência pública semipresencial nesta quarta-feira (4), das 10h às 13h. A reunião será no Salão Nobre, no 8º andar do Legislativo, com transmissão via internet. A agenda divulgada não informa a pauta. O acesso on-line será pelo portal da Câmara Municipal.

Finanças e Orçamento

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo debate habitação na proposta de Orçamento de 2027 (PL 752/26), em audiência pública semipresencial na quinta-feira (5), das 10h às 15h. A reunião será no Salão Nobre, no 8º andar do Legislativo. O público pode acompanhar a transmissão, na página de auditórios on-line.

Estação Pedro II

A Estação Pedro II do Expresso Tiradentes fechou temporariamente às 4h de segunda-feira (2) para estudos e correções no solo entre a pista e o Rio Tamanduateí. O embarque e desembarque nos dois sentidos serão em ponto na Avenida do Estado, ao lado da estação, com conexão à Linha 3-Vermelha do Metrô. Não foi informado prazo para reabertura.

RICHARD LOURENÇO | REDE CÂMARA SP



Discussões foram na Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Celulares e transporte escolar têm aval de vereadores

Colegiado avalia oito itens; comissão pede dados da frota municipal

Da **Redação**

A Comissão de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo deu o aval, na quinta-feira (29), a propostas sobre restrição ao uso de celulares nas escolas e deslocamento de estudantes para atividades educativas. Os oito itens analisados avançaram no colegiado, que também aprovou um pedido de informações sobre a operação dos ônibus.

Entre as propostas está o Projeto de Lei 815/2024, de Eliseu Gabriel (PSB), com coautoria de Sargento Nantes (PP). O texto prevê proibir estudantes de escolas públicas e particulares de usar celulares e outros aparelhos durante o período escolar. A análise na comissão integra a tramitação legislativa e não representa que ela entrará em vigor.

Os autores relacionam o uso sem controle desses equipamentos à distração em sala e a dificuldades no aprendizado. Também argumentam que o recurso a tarefas prontas oferecidas pela tecnologia pode reduzir o exercício do raciocínio e da criatividade. Esses argumentos constam da justificativa do projeto.

Outra matéria que avançou foi o PL 122/2024, apresentado pelo então vereador Manoel Del Rio (PT) e com três coautores. A iniciativa cria o Bilhete Cidade Educadora para permitir que alunos da rede municipal e seus acompanhantes utilizem ônibus da cidade em deslocamentos ligados a atividades educativas fora das unidades de ensino.

O cartão previsto no projeto atenderia visitas a museus, parques, bibliotecas, teatros e espaços esportivos. A finalidade indicada é ampliar o acesso dos estudantes a atividades de aprendizagem em outros locais da capital. A proposta trata do transporte para ações externas vinculadas à formação escolar.

Na mesma reunião, o colegiado acolheu um requerimento de Nabil Bonduki (PT), presidente da comissão, dirigido à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte. O vereador solicita esclarecimentos sobre a gestão e o atendimento do transporte coletivo em dias comuns, nos fins de semana e nas datas de votação.

O pedido busca reunir dados para embasar o debate sobre a redução da frota durante as eleições. Bonduki defendeu que a análise do serviço seja feita a partir de informações concretas fornecidas pela secretaria.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Alexis foi eleito em 2018 e atuou como deputado federal de 2019 a 2023

Alexis rebate ministro sobre ajuste fiscal e cobra respeito às leis

O ex-deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP), campineiro e empresário, criticou o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, sobre a condução política e o ajuste fiscal do governo federal. Ao contestar a declaração do ministro de que os 64 milhões de votos obtidos por Lula (PT) legitimam as prioridades da gestão, Fonteyne afirmou: "Nenhum mandato é licença para abuso de autoridade, normalização da corrupção, implementação da censura e perseguição política". Fonteyne declarou ainda que "a eleição de Lula não é um cheque em branco, não é licença para avacalhar", acrescentando que a votação teve "inúmeras irregularidades" e que a vitória nas urnas não autoriza atos autoritários ou a perda de direitos fundamentais no país. Cobrou ainda atuação dos políticos e defendeu o cumprimento pleno das normas jurídicas nacionais.

Lex omnibus una

"Cabe a oposição fiscalizar que este governo não se exceda e ache que a vitória legitima qualquer coisa". Fonteyne concluiu ressaltando a vigência das leis do país: "Ainda temos uma constituição, e o império da lei deve ser respeitado por todos". O campineiro disputou três eleições para deputado federal, sempre pelo Novo. Foi eleito em 2018 com 45.298 votos; em 2022, ficou como suplente, obtendo 20.963; e, este ano, novamente como suplente, com 12.627.

Cantinho do Jequitibás: acervo de escolas

O Arquivo Municipal de Campinas recebe inscrições de escolas públicas e particulares para a segunda edição do programa "Documenta, Escola! Arquivo, Patrimônio e Memória". A iniciativa gratuita oferece assessoria técnica para organizar acervos históricos e preservar o patrimônio cultural cotidiano. As inscrições devem ser feitas até 31 de janeiro de 2027 por meio do formulário eletrônico (campinas.sp.gov.br/documentaescola). As propostas passam por avaliação técnica em fevereiro, com divulgação dos resultados em 5 de março no site.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Objetivo é valorizar o patrimônio material e imaterial das escolas

Produção

Segundo Rita Francisco, responsável pelo programa, os resultados poderão variar conforme as propostas apresentadas pelas instituições participantes. Entre as possibilidades, encontram-se: a organização de acervos fotográficos e documentais, a criação de centros de memória escolar, a realização de exposições presenciais ou virtuais e a produção de publicações.

PINGA-FOGO

140 mil em favelas

Campinas tem 140.784 pessoas vivendo em favelas e comunidades urbanas, segundo levantamento do Observatório Metropolitano Paulista (OMP), lançado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSp) para subsidiar políticas públicas e discutir desafios sociais das administrações municipais.

Independência

A Fundação é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1933. Pioneira nas ciências sociais brasileiras, forma profissionais em sociologia, administração e biblioteconomia, unindo ensino acadêmico e pesquisa. É sustentada por receitas próprias geradas por serviços acadêmicos e técnicos. Não depende de repasses fixos do governo para manutenção.

O projeto

Já o projeto contempla as regiões metropolitanas de Campinas, Jundiaí, Baixada Santista e São Paulo, que, juntas, concentram cerca de 27 milhões de habitantes, ou 60% da população paulista. A iniciativa está ligada à Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades. E a estrutura do OMP inclui uma plataforma digital aberta.

Formações

Nela, há cursos gratuitos para agentes públicos e lideranças territoriais e seminários voltados ao diálogo e à cooperação técnica. O observatório busca constituir um fórum permanente de discussão sobre políticas públicas, com atenção aos territórios periféricos. A proposta é aproximar universidades, gestores e sociedade civil para debater desenvolvimento urbano.

Capacitação

O curso Mobilidade e Acessibilidade Metropolitana, por exemplo, será realizado em 17 e 24 de novembro e 1º e 8 de dezembro, das 19h às 21h30. A programação inclui transporte, desigualdade nos deslocamentos, acessibilidade, mobilidade ativa e participação popular, por meio de aulas híbridas.

Inscrições

Inscrições e informações estão no site da Fundação (omp.fespsp.org.br). O observatório surgiu no âmbito do programa federal Periferia Viva, voltado à formulação de políticas urbanas e sociais para reduzir desigualdades nas cidades brasileiras. A iniciativa pretende estimular a produção e a difusão científica sobre tais desafios.

GOVERNO DE SP



Área do 13º Distrito Policial, no Cambuí, foi a única sem homicídio doloso

Homicídios e estupros sobem, mas crimes de patrimônio caem

SSP-SP registra 76 homicídios e 2.045 roubos nos nove primeiros meses do ano

Por **Raquel Valli**

Campinas encerrou os primeiros nove meses de 2026 com um cenário de contrastes nos indicadores de segurança pública. Os dados estatísticos revelam uma escalada nos crimes contra a vida e a dignidade sexual, ao mesmo tempo em que apontam uma retração nos delitos de natureza patrimonial.

O município contabilizou 76 vítimas de homicídio doloso (com intenção de matar), um avanço de 33,3% em comparação com as 57 registradas no mesmo intervalo do ano anterior.

Trata-se do patamar mais elevado para o período desde 2023, superando também as marcas de 2024. As tentativas de assassinato acompanharam a curva ascendente na cidade, crescendo 10,5% e passando de 57 para 63 ocorrências catalogadas pelas autoridades policiais. Sob a ótica da distribuição geográfica, a área do 9º Distrito Policial, correspondente ao distrito do Ouro Verde, concentrou o maior volume de homicídios dolosos, com 23 vítimas.

Em seguida, o 11º Distrito Policial, no Campo Grande, computou 15 assassinatos, enquanto a circunscrição do 13º Distrito Policial, do Cambuí, foi a única sem esse tipo de crime. Os episódios de violência sexual também cresceram, subindo 12,1%, de 247 para 277 casos. Dentro desse grupo, os estupros comuns avançaram 15,4%, de 65 para 75 ocorrências. Já os estupros de vulnerável, que incidem sobre abusos cometidos contra menores de 14 anos, cresceram 11%, saltando de 182 para 202 notificações oficiais.

Em contraste, o total de roubos em geral caiu 24,5%, de 2.708 para 2.045 notificações, com uma variação de 24,6% nos roubos em geral tradicionais, que recuaram de 2.683 para 2.023 casos.

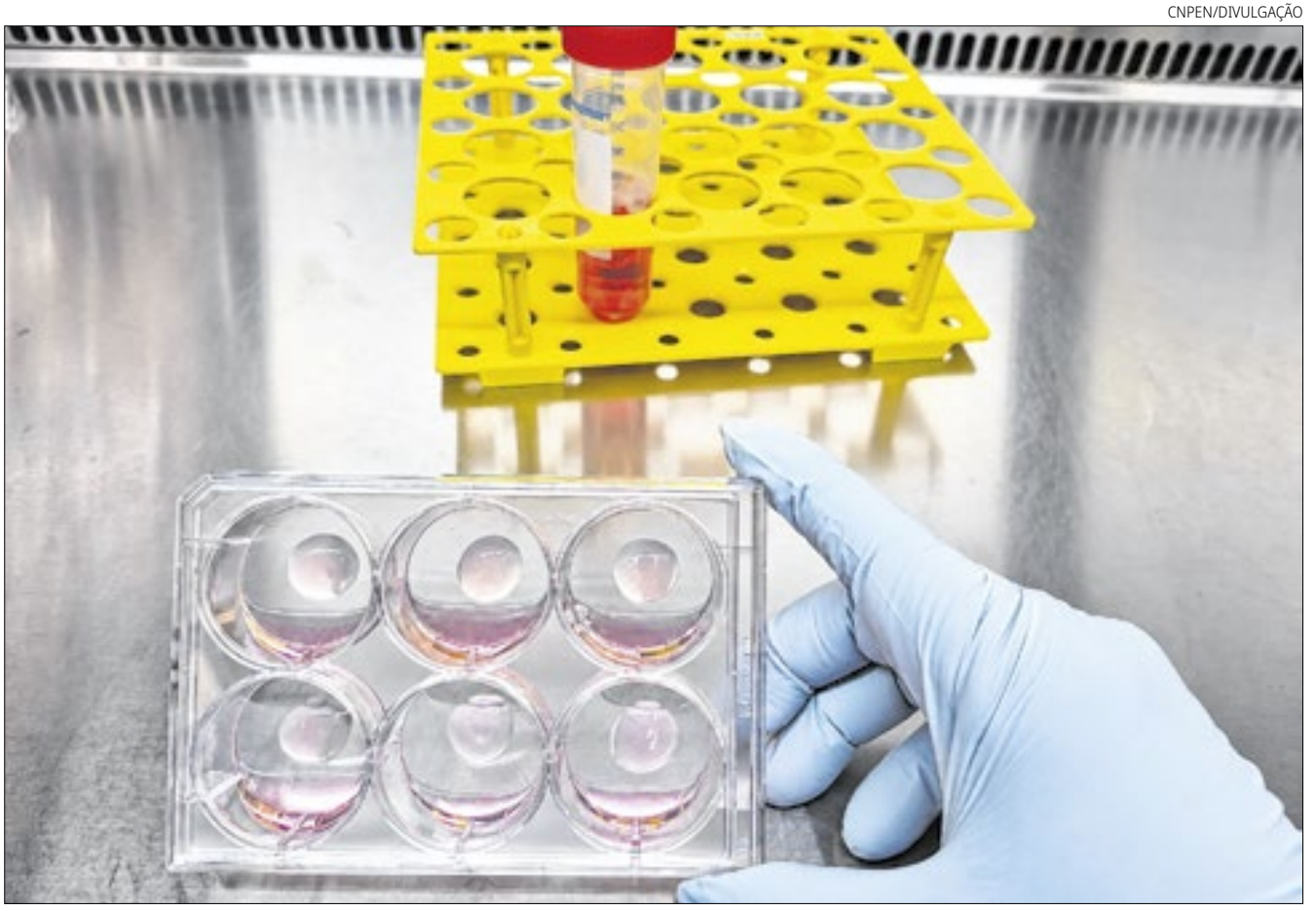
O indicador mais expressivo de baixa ocorreu na subtração de veículos, que sofreu contração de 34,6%, reduzindo o volume de 904 para 591 episódios. Os roubos de carga também registraram recuo, caindo 12%, de 25 para 22 ocorrências. Os furtos gerais caíram 14,4%, ao saírem de 12.336 para 10.564 registros. Os furtos de automóveis recuaram 18,3%, passando de 2.941 para 2.402 casos.

Os dados são do último levantamento divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP). O balanço é da última sexta-feira (30), último dia útil do mês de outubro.

CNPEM investiga metástases e novas estratégias contra o câncer de mama

Centro em Campinas estuda organoides e metástase e a resistência a tratamentos contra o câncer

CNPEN/DIVULGAÇÃO



Placa de cultura utilizada para cultivar organoides derivados de tumores de mama de pacientes brasileiras

Da **Redação**

Por que um mesmo tratamento de câncer de mama cura um paciente, mas falha em outro? E como as células tumorais conseguem escapar do tecido de origem para colonizar órgãos distantes?

Desvendar esses enigmas da oncologia é a missão de cientistas do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), em Campinas (SP). Em investigações de ponta, pesquisadores buscam decifrar os mecanismos de resistência a medicamentos e os caminhos silenciosos da metástase.

"Nossas pesquisas no CNPEM procuram compreender por que os tumores de mama respondem de maneiras diferentes aos tratamentos e como algumas células conseguem se espalhar para outros órgãos", explica a pesquisadora Sandra Dias.

Uma das linhas de investigação mais desafiadoras concentra-se em entender como as células cancerosas conseguem atingir o cérebro. Para mapear esse trajeto, a equipe realiza experimentos em laboratório com um modelo capaz de reproduzir características da barreira natural que protege o sistema nervoso central, isolando os fatores que permitem a invasão. Em paralelo, para responder por que tumores aparentemente semelhantes reagem de forma oposta aos mesmos remédios, os pesquisadores estão desenvolvendo uma coleção de organoides, pequenos modelos tridimensionais cultivados a partir de amostras de pacientes brasileiras. Ao reproduzirem a arquitetura e a complexidade dos tumores originais, essas estruturas criam um ambiente ideal para testar e prever a eficácia de novas estratégias terapêuticas.

Financiado pelo Ministério da Saúde, o projeto conta com a participação de hospitais parceiros, como o CAISM/Unicamp, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) e o A.C.Camargo Cancer Center. No futuro, os resultados poderão contribuir para o desenvolvimento de tratamentos mais personalizados. Essa aplicação, porém, ainda depende da validação da tecnologia para essa finalidade.

Os cientistas também investigam células cancerosas que se desprendem do tumor e passam a circular pelo sangue. Algumas conseguem sobreviver e alcançar outros órgãos, contribuindo para a disseminação da doença. Uma das estratégias estudadas utiliza partículas extremamente pequenas, desenvolvidas para aproximar essas estruturas das células de defesa do organismo, capazes de destruí-las. Há ainda estudos para entender como o câncer utiliza nutrientes para se manter e se desenvolver.

Os pesquisadores também analisaram os efeitos de partículas minúsculas de cobre sobre diferentes tipos de células de câncer de mama. Embora o cobre seja importante para o funcionamento do organismo, em determinadas concentrações, pode ser tóxico. Nos testes em laboratório, as células de um dos três tipos de tumor estudados foram mais afetadas pelas partículas do que as dos outros dois. O resultado pode ajudar a entender por que tumores distintos reagem de maneiras diferentes. A pesquisa, que contou com a participação de estudantes da Ilum Escola de Ciência, ainda precisa passar por uma nova etapa de testes para que os resultados sejam confirmados.

Informações do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

Campinas e 11 capitais têm atos contra violência política e a indígenas

Por **Moara Semeghini**

Atos no Centro de Campinas e em capitais de 11 estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, levaram milhares às ruas no domingo (1º) em repúdio à violência política pós-eleitoral e aos ataques a povos originários. A onda de protestos pelo país ganhou força após múltiplos episódios de intimidação. Na região, a mobilização foi impulsionada pela denúncia de uma abordagem armada a um estudante indígena da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no campus de Limeira (SP) — fato que gerou nota oficial de repúdio da Reitoria e levou a Funai a acionar a Polícia Federal para investigar agressões em âmbito nacional.

A caminhada em Campinas colocou a defesa dos povos indígenas no centro das pautas. A linha de frente foi conduzida pelo Coletivo de Estudantes Indígenas da Unicamp, pelas Acadêmicas Uirapuru e por lideranças originárias. "Foi uma manifestação necessária em defesa da vida dos povos indígenas e de denúncia à violência política.

@LUCASPORT01 / LUCAS MARTINS



Ato em SP em repúdio à escalada de violência política e ataques a indígenas

O coletivo de estudantes e as acadêmicas protagonizaram a linha de frente. Celebramos a vitória de Lula de certa forma, mas foi muito mais um repúdio à violência colonialista e política", afirma Luísa Monteiro de Barros Giovannetti, psicóloga e organizadora do ato pelo coletivo Juntos! e Campinas Pela Democracia.

A indignação local teve origem no relato do Coletivo Acadêmicos Indígenas da Unicamp (FCA/FT): um aluno foi encurralado à noite por homens armados em um carro, sofrendo ofensas políticas e ameaças de morte. O grupo cobrou mais segurança e canais de denúncia, enquanto a Reitoria da Unicamp repudiou veementemente a agressão e informou colaborar com as autoridades para apurar os fatos e prestar suporte aos afetados.

O cenário reflete um alarme nacional. Levantamento da Apib aponta 40 casos de violência política contra indígenas entre julho e outubro de 2026, com sete assassinatos. Dados do Governo Federal registram 45 episódios de violência política no país pós-eleições, com 10 homicídios (três indígenas). Uma força-tarefa interministerial foi criada, e o Governo reforça que denúncias devem ser feitas pelo Disque 100, Fala.BR ou Ouvidoria do Ministério dos Povos Indígenas.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO



Decisão mantém saída de sócio após conflito em imobiliária local

Tribunal de Justiça mantém exclusão de sócio de imobiliária de Americana

A Justiça de São Paulo manteve a exclusão de um sócio da Costa e Santos Empreendimentos Imobiliários Ltda., de Americana, por prejudicar as atividades da empresa. A decisão da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial foi unânime e negou recurso da parte.O conflito envolve Jamil Borges da Costa e Edson Alves dos Santos e já tramita desde 2014 na 4ª Vara Cível de Americana. Segundo o processo, um deles se recusou a autorizar a venda de imóveis enquanto não recebesse valores que afirmava ter investido no negócio. Para o relator, desembargador Azuma Nishi, a atitude violou o dever de lealdade entre sócios e comprometeu as operações da imobiliária.O TJSP determinou a apuração de haveres, que calculará os valores devidos ao sócio excluído. Os investimentos serão considerados nessa avaliação, mas foi rejeitada a cobrança diretamente contra o outro sócio conforme o acórdão.

Encontro sobre o consórcio regional de bacias

Gestores públicos de Americana e da região participaram, do Encontro Regional sobre Fundos Municipais de Meio Ambiente, realizado pelo Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no Centro de Cultura e Lazer. A reunião discutiu a estruturação dos fundos municipais, a cooperação entre cidades e o fortalecimento de políticas ambientais. O evento teve palestras de representantes de Americana, Itupeva e Limeira, além de debates sobre experiências e ações para a preservação dos mananciais.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA AMERICANA



Encontro discute fundos municipais e preservação dos mananciais

Câmara de Santa Bárbara vota projetos e moções

A Câmara de Santa Bárbara d'Oeste vota dois projetos de lei e seis moções na 40ª sessão ordinária. As propostas preveem acompanhamento prioritário a pacientes com câncer e inclusão digital e social de idosos. A pauta também inclui pedidos de reforço no policiamento nos bairros Linópolis e Mollon e na entrada de alunos do Colégio Ideal, além de homenagens à Igreja Batista das Nações e aos responsáveis pelo projeto Horta da Lelê.A reunião será aberta ao público, no Plenário Dr. Tancredo Neves, com transmissão ao vivo pelos canais oficiais.

Indaiatuba alerta sobre falsas convocações oficiais

Indaiatuba alerta sobre falsas convocações para cursos de Bombeiro e programas de "Aprendiz Militar" enviadas a ex-alunos e menores de idade. As mensagens utilizam indevidamente o brasão municipal e informam que a participação seria obrigatória, além de exigir pagamentos por uniformes e mensalidades. A administração esclarece que não tem vínculo com as empresas e orienta pais e responsáveis a confirmar a autenticidade.

Políticas ambientais

Americana recebeu gestores públicos da região para discutir o fortalecimento das políticas ambientais e a estruturação de Fundos Municipais de Meio Ambiente. Promovido pelo Consórcio PCJ, o encontro reuniu representantes de diversas cidades para troca de experiências, palestras e debates sobre preservação dos mananciais e cooperação regional.

Área Azul liberada a idosos

O vereador Marcos Caetano apresentou projeto de lei para permitir que idosos estacionem gratuitamente em qualquer vaga da Área Azul de Americana, sem limite de tempo. A proposta prevê a apresentação da credencial de idoso, inclusive em formato digital. O texto será analisado pelas comissões permanentes da Câmara antes de seguir para votação.

Letramento Racial

Paulínia oferece curso gratuito de Letramento Racial para servidores públicos, profissionais de diversas áreas e moradores interessados. A formação abordará racismo, direitos humanos, trajetória da população negra e práticas antirracistas. As atividades serão realizadas em dois períodos, das 14h às 16h e das 18h30 às 20h30, no Auditório.

Feira Empreendedora

Mais de 2,9 mil alunos do 1º ao 5º ano participaram da IV Semana Municipal de Ciência e Tecnologia de Hortolândia, a Feira Empreendedora, na Emef Helena Futava Takahashi. Em parceria com o Sebrae, estudantes expuseram e venderam brinquedos recicláveis. A programação também teve mostra de robótica, sustentabilidade e inovação.

Itatiba aprova projetos

A Câmara de Itatiba aprovou, em primeiro turno, dois projetos de lei: um inclui a Feira da Inclusão no calendário oficial de eventos e outro cria a Carteira de Identificação do Cuidador Atípico, com previsão de atendimento prioritário. As propostas são de autoria dos vereadores Leila Bedani e Juninho Parodi e retornarão ao plenário para votação final.

Tratamento de Esgotos

Hortolândia acompanha a construção da nova Estação de Tratamento de Esgotos, que recebe investimento de R$ 294 milhões. A estrutura terá capacidade média de tratamento de 575 litros por segundo, ante os atuais 450 litros. Com tecnologia BIOCOS e sistemas enclausurados, a estação tem conclusão prevista para dezembro/27 e início de operação em janeiro/28.

RESUME GENIUS/ UNSPLASH



Valinhos e Indaiatuba concentram maior número de postos de trabalho

Região de Campinas tem 5,8 mil vagas de emprego abertas

Levantamento estadual destaca as oportunidades no setor industrial

Da **Redação**

A Região Administrativa de Campinas registrou 5.847 vagas abertas nos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), segundo levantamento do Governo de São Paulo divulgado no mês de outubro. A região ocupava a 2ª posição entre as áreas administrativas com maior oferta no Estado todo. Ao todo, eram 20.461 oportunidades em mais de 200 unidades paulistas.

Valinhos e Indaiatuba concentravam 2.816 vagas, quase metade do total regional. No levantamento, Valinhos aparecia com 2.219 oportunidades, o segundo maior volume entre os PATs, atrás de Santana de Parnaíba. Indaiatuba registrava 597 vagas e ocupava a sétima posição estadual.

Os números mudaram. Em consulta a página oficial do PAT Valinhos finalizou o mês de outubro com 1.440 vagas. A relação incluía 70 postos para auxiliar de produção, 50 para auxiliar operacional de logística, 80 para auxiliar de limpeza e 150 para atendente de restaurante. Há oportunidades para pessoas com deficiência e diferentes níveis de escolaridade. A quantidade pode mudar ao longo do dia.

Na distribuição regional por setores, a indústria liderava, com 1.198 vagas, seguida pelo comércio (1.008), alimentação (921) e logística (758). Juntos, somavam 3.885 oportunidades. No Estado, as ocupações com mais postos eram auxiliar de logística (4.693), alimentador de linha de produção (2.086), faxineiro (846), atendente de lojas e mercados (687) e operador de telemarketing (578).

Os interessados devem consultar vagas e requisitos nos PATs. Em Valinhos, o atendimento é no Paço Municipal, na Rua Antônio Carlos, 301, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados, das 9h às 13h. É preciso apresentar carteira de trabalho, RG ou CNH, CPF, comprovante de endereço e currículo.

O WhatsApp (19) 3829-5219 recebe mensagens sobre oportunidades.

O serviço é gratuito e também oferece encaminhamento para seguro-desemprego. As vagas podem ser preenchidas a qualquer momento. O Estado mantém a plataforma Trampolim, com consulta a oportunidades e cursos de qualificação. O levantamento considera a Região Administrativa de Campinas, que não corresponde apenas aos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas.

CORREIO DAS REGIÕES

ARQUIVO PESSOAL



Situação da ponte no Bairro do Arealzinho

Abandono em Angatuba: ponte arrisca vidas no bairro Arealzinho

Moradores do bairro Arealzinho, em Angatuba (SP), denunciam a situação de abandono por parte da Prefeitura Municipal, sob a gestão do prefeito Nicolas Basile (Republicanos). Em contato com a nossa reportagem, a comunidade relatou o estado crítico de uma ponte que liga o bairro ao Ribeirão Grande. Imagens enviadas à redação mostram a estrutura completamente deteriorada há mais de cinco meses. Os moradores cobram providências urgentes da administração pública, mas afirmam que, até o momento, sequer foram atendidos pelo prefeito. A nossa reportagem entrou em contato com a assessoria da prefeitura há cerca de 20 dias, mas não obteve retorno. Enquanto a resposta não vem, pedestres, trabalhadores e crianças continuam expostos ao risco diário de acidentes graves no local. Mas, o bairro do Arealzinho não é o único que segundo os moradores está abandonado.

Sabesp nega bactéria em água de Itapeva

A Sabesp divulgou no sábado (31) nova análise da água de Itapeva (SP) e informou não ter encontrado patógenos ligados aos casos de gastroenterite. As orientações de segurança seguem valendo. Foram analisadas 230 amostras de pontos de captação e das ETAs Aranha e Pilão, atestando água própria para consumo. O alerta veio após a cidade registrar 2,6 mil doentes. Em 19 de outubro, detectou-se o protozoário Cryptosporidium spp., transmitido por água com fezes e que causa diarreia, cólica e vômito.

DIVULGAÇÃO



Nova análise da Sabesp libera água em Itapeva (SP)

Polícia Ambiental intensifica fiscalização

A Polícia Ambiental intensificou as fiscalizações nos mananciais do interior de São Paulo no último domingo (1º) com o início da piracema, período essencial para a reprodução dos peixes. A restrição fixada pelo Ibama vigora até 28 de fevereiro de 2027 e proíbe a pesca de espécies nativas para evitar o desequilíbrio ecológico. A captura de espécies não nativas segue permitida com limite de 10 kg. Quem desrespeitar às regras estão sujeitos a multas de R$ 1 mil a R$ 100 mil, apreensão de embarcações e detenção de um a três anos.

Itapetininga muda escola por falha na obra

Após fortes reclamações, a Prefeitura de Itapetininga (SP) determinou a transferência dos alunos da escola municipal localizada na região do bairro Vale San Fernando. Com a medida emergencial, as turmas serão realocadas para as dependências da Faculdade FKB, garantindo um espaço adequado, seguro e com melhor infraestrutura para os estudantes, funcionários e toda a comunidade escolar da rede municipal.

3ª FLAIL Itapetininga

A Academia Itapetiningana de Letras realiza a 3ª FLAIL no próximo dia 7, das 14h às 19h, no Centro Cultural Casa Kennedy. O evento gratuito reunirá cerca de 20 autores de Itapetininga e região para bate-papos e atracões artísticas. Segundo o presidente dr. Jorge Paunovic, a feira valoriza o crescimento literário e é aberta a estudantes.

Enem Sorocaba

O transporte público de Sorocaba terá esquema reforçado nos domingos de aplicação do Enem 2026, nos dias 8 e 15 de novembro. A Urbes incluirá viagens extras em linhas estratégicas, ônibus de reserva posicionados nos terminais e apoio de agentes de trânsito na região das provas. A gratuidade do passe estudantil estará mantida no período.

Vereadores votam o LOA

A Câmara Municipal de Salto (SP) realiza hoje, às 18h, audiência pública para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA 2027), que estima a receita e fixa as despesas do município. A população pode participar presencialmente ou enviar perguntas pelo site do Legislativo com até 24 horas de antecedência ao evento para serem lidas no plenário.

Votorantim

Morreu no domingo (1º), aos 76 anos, Álvaro José Latance, ex-vice-prefeito, ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Votorantim. Conforme apurado, ele estava internado em Sorocaba após cirurgia para retirada de tumor. Político de forte atuação e histórico filantrópico na cidade, Latance deixa esposa e cinco filhos. Foi sepultado no domingo.

Adiada concessão Rumo

O governo federal prorrogou por 180 dias o contrato da empresa Rumo Malha Oeste, que engloba trechos ferroviários em Sorocaba (SP), sob exigências operacionais mais brandas. A medida busca manter a preservação dos ativos enquanto a União prepara a nova licitação da via, que acumula histórico de degradação e disputas financeiras.

Corte em trem SP

Governo do Estado reduziu em R$ 1,6 bilhão a estimativa de investimento para o Trem Intercidades entre Sorocaba e São Paulo, passando de R$ 11,9 bi para R$ 10,3 bi. Com a mudança na divisão das obras dos trilhos, o edital de concessão foi adiado para o primeiro semestre de 2027. A previsão de operação comercial segue para 2031.

FERNANDO ABREU / SECOM SOROCABA



Simei Lamarca, secretário de Esportes de Sorocaba

Dança das ‘cadeiras’ nas secretarias de Sorocaba

Prefeitura de Sorocaba registra 9 trocas no primeiro escalão em 20 dias.

Por **Fabrício Rocha**

Entre os dias 10 e 30 de outubro de 2026, a Prefeitura de Sorocaba (SP) registrou uma intensa reorganização no primeiro escalão do Governo Municipal. Ao todo, foram nove trocas de comando foram oficializadas na estrutura das secretarias municipais em um intervalo de vinte dias. As movimentações envolveram o retorno de secretários titulares e rearranjos internos em pastas essenciais da administração.

A sequência de alterações teve início em outubro, logo após o período eleitoral. Nas datas de 10 e 14 de outubro, foram efetivadas as primeiras seis nomeações no Diário Oficial. Na ocasião, Beto Maia retornou ao comando da Secretaria de Segurança Urbana, enquanto Luciana Mendes da Fonseca reassumiu a Secretaria Jurídica. Na mesma fase, Evandro Bueno da Silva foi designado para a chefia do Gabinete Central, Clayton Cesar Marciel Lustosa reassumiu a Secretaria de Educação, Fernando Marques da Silva Filho voltou à pasta de Empreendedorismo e Rodrigo Alcântara retomou a chefia da Comunicação.

Na semana seguinte, em 23 de outubro, mais duas secretarias passaram por substituições com a publicação das reconduções aos cargos. Alfeu Malavazzi Neto assumiu novamente a Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal, enquanto Luiz Henrique Galvão reassumiu a gestão da Secretaria de Relações Institucionais e Metropolitanas.

Ainda conforme o Diário Oficial do município, a alteração mais recente ocorreu no dia 30 de outubro, atingindo a área esportiva da cidade. O ex-titular interino da Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, Rafael Militão, passou a exercer a função de chefe de gabinete da pasta. Para assumir a titularidade do setor esportivo, foi nomeado Simei Lamarca, profissional que já havia chefiado a mesma pasta municipal entre os anos de 2017 e 2020.

Conforme apurado pela reportagem, a maior parte das modificações efetuadas na equipe governamental decorreu da desincompatibilização prévia de secretários municipais que haviam se afastado de suas funções públicas para atuar no processo eleitoral de 2026, retornando aos postos de origem após o encerramento do pleito e a consolidação dos resultados na região.

CORREIO ECONÔMICO

CLAUDIO NEVES/PORTOS DO PARANÁ



Vendas de alguns produtos cresceram 421%

Acordo Mercosul-UE eleva exportações brasileiras em 21%

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia apresenta resultados positivos para as exportações brasileiras. De maio a setembro, nos primeiros cinco meses de aplicação provisória do tratado, as vendas de produtos beneficiados pela redução ou eliminação de tarifas de importação ao mercado europeu cresceram 21%, em comparação com o mesmo período de 2025. Entre os produtos que registraram os maiores avanços estão abacates frescos, mel e óleo de milho, cujas exportações subiram 421%, 367% e 266%, respectivamente. Os dados foram divulgados na quinta-feira (29) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A entrada em vigor das preferências tarifárias em 1º de maio deste ano ampliou a competitividade de produtos brasileiros no mercado europeu e abriu novas possibilidades para empresas nacionais.

Economistas propõem taxar ricos

Economistas e outros especialistas divulgaram um manifesto, nesta sexta-feira (30), denunciando a pressão do mercado financeiro para que o governo eleito adote um programa de corte de gastos com a finalidade de estabilizar a dívida pública.

O texto assinado por 50 profissionais pede novo regime fiscal no país, menos rígido do que o atual arcabouço, além da mudança na meta de inflação e da tributação dos ricos no lugar de corte em despesas sociais.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Manifesto denuncia pressão da Faria Lima por cortes

Aneel mantém bandeira tarifária verde

Pelo segundo mês consecutivo, as contas de luz não terão cobrança de tarifa extra, informou nesta sexta-feira (30) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A manutenção da bandeira verde permanece em novembro devido às condições favoráveis de geração.

A bandeira tarifária verde voltou a vigorar em outubro, após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Mulheres que Inovam no Conecta IA no DF

Nos dias 4 e 5 de novembro, Brasília vai receber a quinta edição do congresso Conecta IA Inovação, na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), localizada no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). O evento gratuito vai reunir empreendedores, startups, pesquisadores, profissionais, empresas e representantes de instituições públicas e privadas.

Bangladesh e Colômbia

O governo brasileiro concluiu negociações sanitárias que abriram o mercado de Bangladesh para material genético bovino e bubalino e o mercado colombiano para produtos destinados a animais de estimação. A autorizaçção eleva para 721 o total de aberturas de mercado obtidas pelo agronegócio brasileiro desde o início de 2023.

Desemprego em 5,2%

A taxa de desocupação para o terceiro trimestre caiu para 5,2%, a menor já registrada para esse período desde 2012. O desemprego era de 5,4% no segundo trimestre deste ano e de 5,6% no terceiro trimestre de 2025. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (30), pelo IBGE.

Descoberta de petróleo

A Petrobras anunciou na quinta-feira (29) a terceira descoberta de petróleo no poço Morpho, no bloco FZA-M-59, localizado em águas ultraprofundas na costa do estado do Amapá, na Foz do Amazonas, em lâmina d'água de 2.886 metros. De acordo com a companhia, a perfuração e a aquisição de dados geológicos foram concluídas.

Combustível de aviação

A Petrobras anunciou reajuste médio de 7,2% no querosene de aviação vendido às distribuidoras, a partir deste domingo (1°). Isso corresponde a um aumento de R$ 0,45 por litro em relação ao mês anterior. Em outubro, o combustível utilizado em aviões e helicópteros já havia sofrido reajuste médio de 11,76%, ou 0,65 centavos por litro.

Mais três leilões

A Aneel prevê a realização de mais três leilões de transmissão de energia no próximo ano. A estimativa foi dada em entrevistas para jornalistas na B3, na última sexta-feira (30) por Ivo Sechi Nazareno, secretário de Leilões da Aneel. Nazareno destacou que os próximos certames poderão superar os R$ 50 bilhões em investimento.

Orçamento de R$ 144,5 bi

O Conselho Curador do FGTS aprovou na última quinta-feira o orçamento de R$ 144,5 bilhões para investimentos em habitação em 2027. O valor é o mesmo previsto para 2026 e inclui recursos destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida, subsídios habitacionais e financiamentos com condições especiais.

DIVULGAÇÃO



Uma redução da produção poderia causar impactos negativos

Estudo mostra necessidade de proteger soja para evitar perdas

Pesquisador da Embrapa alerta para riscos de defensivos agrícolas

Da **Redação**

Estudo da Universidade Federal de Viçosa, em parceria com a Croplife Brasil, associação que reúne empresas de biotecnologia, melhoramento genético e defensivos agrícolas, mostrou que as lavouras de soja no país teriam perdas de até 55% na produtividade, caso não fossem protegidas contra pragas, doenças e ervas daninhas.

Segundo a pesquisa, uma redução da produção poderia causar impactos negativos na economia brasileira e nos preços de produtos ao consumidor. O uso de defensivos químicos, porém, é um método de proteção controverso, uma vez que algumas substâncias usadas para o manejo fitossanitário são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana, segundo levantamento publicado por elo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A soja, segundo o Ipea, responde, junto com o milho e a cana-de-açúcar, por 76% do consumo de agrotóxicos no Brasil.

O estudo feito pela Universidade Federal de Viçosa trabalhou com simulações envolvendo quatro doenças (entre elas a ferrugem-asiática e a mancha-alvo), cinco pragas (como a mosca-branca) e nove plantas daninhas.

Os pesquisadores analisaram três cenários, lavouras sem qualquer controle, com controle parcial (que garantiria até 40% de proteção da plantação) e com controle ótimo (80% de proteção).

A universidade estimou que, com controle ótimo, a produtividade por hectare pode chegar a 72 sacas. O controle parcial garantiria uma produtividade de 52 sacas, ou seja, 28% a menos que o controle ótimo. Sem qualquer controle, seria de apenas 32 sacas, o que significa uma perda de 55%.

Com isso, de acordo com o estudo, para compensar as perdas com a falta de controle fitossanitário, seria necessário plantar uma área adicional de 33,5 milhões de hectares, ou seja, quase do tamanho do estado de Goiás. A perda média, em cenário sem manejo (na comparação), chegaria a 121,3 milhões de toneladas, com um valor estimado de R$ 223,5 bilhões.

Com o cenário de controle ótimo, a receita brasileira simulada com exportações de soja chega a US$ 44,2 bilhões. Sem controle, recua para US$ 26,6 bilhões, uma diferença potencial de US$ 17,6 bilhões por safra, segundo o estudo.

CORREIO ESPORTIVO

POR **HNERIQUE FERRO**

FERNANDO BUENO / CORINTHIANS



Shopee ocupa o espaço principal da camisa corintiana até dezembro

Esportes da Sorte tenta encerrar vínculo com o Corinthians sem multa

A Esportes da Sorte notificou o Corinthians em 26 de outubro e comunicou que pretende rescindir o patrocínio máster sem pagar multa. Renovado em fevereiro, o contrato prevê R$ 150 milhões fixos por ano e vale até dezembro de 2029. O vínculo está suspenso desde 6 de outubro, após medida provisória do governo federal proibir casas de apostas e cassinos virtuais. A empresa entende que as novas regras permitem encerrar o acordo sem penalidade. O Corinthians discorda e considera que a parceria deve continuar suspensa. Se houver rompimento, o clube entende que a patrocinadora deve pagar a multa prevista. A notificação não encerrou o contrato, e os departamentos jurídicos negociam uma solução. O caso também será discutido nesta terça-feira (3), durante audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, sobre os impactos das restrições ao mercado de apostas.

Franca enfrenta o Minas nesta terça pelo NBB

O SESI Franca recebe o Minas nesta terça-feira (3), às 19h30, no Ginásio Pedrocão, pela sequência do Novo Basquete Brasil (NBB) 2026/27. A equipe tenta se recuperar da derrota por 65 a 62 para o Paulistano, na última quarta-feira (28), em São Paulo. Com o resultado, chegou a duas vitórias e duas derrotas nas quatro primeiras rodadas. Depois, o Franca volta a jogar em casa na quinta-feira (5), às 20h, contra o Cruzeiro. Atual pentacampeão do torneio, o time busca melhorar campanha neste início de temporada e ganhar posições na tabela.

DIVULGAÇÃO



Clube francano conquistou cinco títulos consecutivos do torneio

Paulistano Barueri enfrenta o SESI Bauru

O Paulistano Barueri recebe o SESI Vôlei Bauru nesta terça-feira (3), às 18h30, no Ginásio Sportville, em Barueri, pela Superliga Feminina 2026/27. O confronto reúne dois representantes paulistas na elite nacional do vôlei. A partida terá transmissão da GE TV. Depois do duelo, o Paulistano volta à quadra no domingo (8), em casa, contra o Brusque, às 11h. O SESI Bauru joga no sábado (7), às 21h, diante do Pinheiros, na Arena Paulo Skaf, em Bauru. A competição é organizada pela Confederação Brasileira de Voleibol.

Gigantão de Americana retoma as partidas

A Prefeitura de Americana reorganizou o calendário do Campeonato Amador de Futebol, o Gigantão, e remarcou as partidas adiadas. A primeira divisão volta a campo no sábado (7), enquanto a segunda terá jogos no domingo (8) e no dia 15 de novembro. A retomada mantém as duas competições em andamento e distribui as partidas por dois fins de semana seguidos. As equipes seguem na disputa por vagas nas próximas fases.

Corridas dos Distritos I

A sexta e última etapa do 10º Circuito de Corridas dos Distritos será disputada em 8 de novembro, domingo, em Joaquim Egídio, Campinas. A largada está prevista para as 7h30, na Praça Arthur Geraldo Vicentini, na Rua Manoel Herculano da Silva Coelho, s/n. O percurso terá seis quilômetros. A idade mínima é 16 anos.

Corridas dos Distritos II

Criado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o Circuito de Corridas dos Distritos chega à décima edição em 2026. O projeto incentiva a atividade física entre moradores dos cinco distritos de Campinas. Até o fim do ano, a cidade terá 58 provas de rua, segundo a Prefeitura, em diferentes bairros, ao longo do ano.

Corridas dos Distritos III

Os corredores podem escolher entre três kits. O Básico custa R$ 48,50 e inclui número de peito e medalha, sem chip. O Competidor sai por R$ 58,50, com chip, número e medalha. Já o Completo custa R$ 85,50 e acrescenta camiseta. A retirada será em 7 de novembro, das 9h às 15h, na Casa dos Congelados, em Campinas.

Tênis contra o câncer I

O Torneio Feminino de Tênis "Match Point contra o Câncer de Mama" será realizado em 7 de novembro, nas quadras do Parque do Taquaral, em Campinas. A competição, prevista para o fim de outubro, foi remarcada por causa das fortes chuvas. As inscrições seguem abertas até 1º de novembro, pelo WhatsApp (19) 99680-1012.

Tênis contra o câncer II

Disputado exclusivamente por mulheres, o torneio terá duplas em duas categorias. A B é voltada a jogadoras de nível intermediário; a C, a iniciantes ou atletas em desenvolvimento técnico. As inscrições e pontuações para formar as chaves serão individuais. Campeãs e vice-campeãs de cada categoria receberão troféus.

Tênis contra o câncer III

O complexo de tênis do Parque do Taquaral foi revitalizado pela Associação dos Tenistas do Taquaral, com apoio da Prefeitura. As três quadras públicas de saibro receberam iluminação nova, reposição de piso, alinhamento das linhas demarcatórias, redes de jogo substituídas e tela de proteção no fundo da Quadra 1.

DIVULGAÇÃO



Bruno Lima foi o maior pontuador da equipe, com 18 pontos na partida

Vôlei Renata tenta a 2ª vitória na Superliga Masculina

Após vencer o Norde na estreia, time campineiro visita o São José nesta terça

Da **Redação**

O Vôlei Renata volta à quadra nesta terça-feira (3), às 21h, para enfrentar o Viapol São José, em São José dos Campos, pela segunda rodada da Superliga. A equipe de Campinas tenta conquistar a segunda vitória na competição depois de começar a campanha com triunfo por 3 sets a 0 sobre o Norde Vôlei, em Fortaleza, no dia 26 de outubro. O confronto será disputado na Farma Conde Arena e terá transmissão do SporTV 2.

Na estreia, o time campineiro venceu com parciais de 25/18, 25/20 e 25/21, no Ginásio Paulo Sarasate. O resultado garantiu os três primeiros pontos ao Vôlei Renata, que iniciou a competição entre os primeiros colocados. O Norde, que havia conquistado a Superliga B na temporada passada, disputou em casa sua primeira partida na elite nacional.

O oposto Bruno Lima foi o principal pontuador da equipe, com 18 acertos, cinco deles em bloqueios. O ponteiro argentino Jan Martínez marcou dez pontos e recebeu o Troféu VivaVôlei, concedido ao melhor jogador da partida. Yan também anotou dez pontos, enquanto Douglas Souza contribuiu com nove. Ao todo, o bloqueio campineiro fez 11 pontos no fundamento, destaque em Fortaleza.

A vitória na abertura da Superliga veio depois de uma sequência intensa para o elenco. Três dias antes, em 23 de outubro, o Vôlei Renata havia disputado a decisão da Supercopa Masculina contra o Sada Cruzeiro, em São José dos Campos. A equipe chegou a ficar perto do título, mas perdeu por 3 sets a 2, após sofrer uma virada no tie-break. Na estreia nacional, o grupo conseguiu reagir e iniciou a busca por uma campanha regular na principal competição do país.

O duelo desta terça será o segundo compromisso do Vôlei Renata na fase inicial da Superliga. O adversário também busca a primeira vitória: o Viapol São José foi derrotado pelo Praia Clube por 3 sets a 0, na estreia, em Uberlândia.

O encontro coloca frente a frente duas equipes paulistas e pode alterar a classificação no início do torneio. Após a partida em S.J.dos Campos, o time campineiro volta a jogar em casa em 9 de novembro, quando recebe o Sesi Bauru, às 21h, no Ginásio do Taquaral, pela 3ª rodada. O confronto será mais um teste para a equipe campineira.

CORREIO
NO MUNDO

MOLLY RILEY/THE WHITE HOUSE



Departamento de Justiça alega possível fraude nos votos por correio

Trump quer a suspensão de votos de 20 mil eleitores na Califórnia

O governo de Donald Trump pediu à Suprema Corte nesta segunda-feira (2), véspera das eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que impeça temporariamente a contagem dos votos pelo correio de mais de 20 mil eleitores registrados na Califórnia. Segundo o Departamento de Justiça, essas pessoas provavelmente não são cidadãs americanas. A Casa Branca quer que as cédulas sejam separadas das demais e permaneçam fora da apuração até que a cidadania dos eleitores seja verificada. O pedido de emergência foi apresentado depois que um tribunal federal de apelações rejeitou a solicitação na sexta-feira (30), ampliando a disputa judicial em torno das midterms. A lista com os 20 mil eleitores foi compilada pelo governo Trump e enviada às autoridades da Califórnia e do condado de Los Angeles. "Depois que a Califórnia misturar os votos contestados aos legítimos, não haverá como recuperá-los", diz o pedido apresentado à Suprema Corte.

Democratas buscam quatro cadeiras

O governo pede que o tribunal determine ao estado que separe os votos de pessoas incluídas na lista e não os contabilize até que elas sejam confirmadas como cidadãs. O processo solicita que a medida seja adotada provisoriamente, enquanto os ministros analisam o caso. Os republicanos tentam manter o controle do Congresso na eleição desta terça (3). A Califórnia, estado mais populoso do país e reduto democrata, tem 52 cadeiras na Câmara, mais do que qualquer outro. Os democratas precisam ganhar quatro cadeiras para conquistar a maioria.

D&RG RAILFAN VIA WIKIMEDIA COMMONS



Reduto democrata diz que lista do governo é falha e cheia de erros

Ofensiva de Donald Trump contra os eleitores

A ofensiva de Trump contra supostos votos de não cidadãos se intensificou na reta final da campanha. O republicano já fez alegações falsas sobre fraudes eleitorais nos Estados Unidos, inclusive na eleição de 2020, quando foi derrotado pelo democrata Joe Biden. Estudos e auditorias estaduais mostram que votos de pessoas inelegíveis, entre elas não cidadãos, são raros. A Constituição americana atribui aos estados a responsabilidade pela organização das eleições, embora o governo federal tenha poderes de supervisão.

Juiz de Los Angeles negou o pedido

A ação é uma rara intervenção de Washington no processo eleitoral e amplia a disposição de Trump de contestar na Justiça as regras. O juiz federal David Carter, de Los Angeles, rejeitou o pedido na semana passada. "Nunca antes na história dos EUA o governo federal, às vésperas de uma eleição, tentou coagir governos estadual e local a abandonar seus próprios procedimentos eleitorais constitucionais e a se curvar à vontade do Poder Executivo".

Democracia em risco

Carter manifestou preocupação com a confiabilidade dos dados do governo e observou que pessoas recentemente apontadas pelo governo federal como não cidadãs em listas eleitorais de outros estados revelaram-se, repetidas vezes, cidadãos americanos naturalizados. O que, de acordo com o juiz, colocaria a democracia em risco.

Tribunal de Apelações

"Se o Executivo puder desconsiderar votos e ameaçar uma eleição em andamento com base em alegações não comprovadas, então nossa democracia estará em perigo", afirmou.
O Tribunal de Apelações do nono Circuito, com sede em São Francisco, também se recusou, na última sexta-feira, a bloquear os votos.

Postura agressiva

A corte ressaltou a autoridade do estado sobre os procedimentos eleitorais e o "abrangente arcabouço legal da Califórnia para garantir a integridade de suas eleições", incluindo sistema para cancelar registros caso comprove que um eleitor é inelegível. A postura de Trump em relação à forma como os estados conduzem as eleições tem sido cada vez mais agressiva.

Informações sigilosas

O Departamento de Justiça informou às autoridades eleitorais dos 50 estados que elas podem enfrentar processos criminais caso permitam conscientemente que não cidadãos permaneçam nas listas eleitorais ou votem. O órgão perdeu uma série de ações em que buscava obter, de dezenas de estados, listas eleitorais com informações pessoais sigilosas.

Fim do cerco à Cisjordânia

As forças armadas de Israel anunciaram, nesta segunda-feira (2), o fim do cerco e a retirada completa de suas tropas da cidade de Hebron, na Cisjordânia ocupada. Em declaração à agência de notícias AFP, um comandante militar confirmou a conclusão das operações no local. A ofensiva foi lançada às vésperas das eleições legislativas de 27 de outubro.

Resposta a um ataque

A ofensiva teve início há quase duas semanas, em resposta a um ataque que resultou na morte de dois soldados israelenses. A ação militar forçou o deslocamento de mais de 3.000 palestinos (cerca de 500 famílias).
De acordo com o exército, a operação resultou na apreensão de quatro armas e diversos coletes à prova de balas.

NASA/GSFC VIA WIKIMEDIA COMMONS



Porta-voz da chancelaria afirma que o prazo estipulado demonstra 'boa fé'

Irã propõe reabrir Hormuz em dois dias se EUA aceitarem suas condições

Por **Folhapress**

O Irã afirmou nesta segunda-feira (2) que está preparado para reabrir o estreito de Hormuz em até dois dias, e não em sete, como previa a proposta anterior, caso Washington aceite suas condições. A rota marítima, bloqueada por Teerã desde o início da guerra, transportava um quinto do consumo mundial de petróleo antes do conflito.

"A possibilidade de implementar esse plano em dois dias é mais uma demonstração da postura de boa-fé do Irã", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmaeil Baqaei, a jornalistas. "Declaramos que, se as exigências do Irã forem atendidas, será possível restabelecer a segurança no estreito de Hormuz e retomar o processo de negociação."

Baqaei afirmou que mensagens continuam sendo trocadas com os EUA por meio de mediadores e que "tudo depende" de Washington aceitar as exigências iranianas. "Somente então poderemos discutir as etapas seguintes", acrescentou.

Os contatos para pôr fim à guerra de oito meses continuam, segundo Teerã, após dias de negociações iranianas com mediadores do Qatar terminarem com novas propostas, mas sem avanços decisivos. O chanceler Abbas Araghchi reforçou a oferta: "Se os EUA aceitarem nossas condições, o estreito de Hormuz será reaberto e as negociações serão retomadas".

O presidente Masoud Pezeshkian informou, segundo a Irna, que o líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, concedeu "poderes" aos representantes do regime nos esforços para pôr fim à guerra, sem especificar quais seriam.

As declarações ocorrem enquanto Donald Trump faz novas ameaças contra o país persa. Nos últimos comícios de campanha para as eleições de meio de mandato, o presidente americano adotou um tom beligerante. "A única razão pela qual ainda não terminei com o Irã é que quero ser gentil. Quero tentar salvar todas aquelas vidas, se puder. Mas, em algum momento, teremos que usar o martelo contra eles", disse a eleitores em Iowa.

Ele não descartou novos ataques contra alvos militares, como a montanha Kolang, suspeita de abrigar um complexo nuclear subterrâneo. Baqaei afirmou que qualquer agressão será respondida com "uma resposta poderosa, imediata e abrangente".

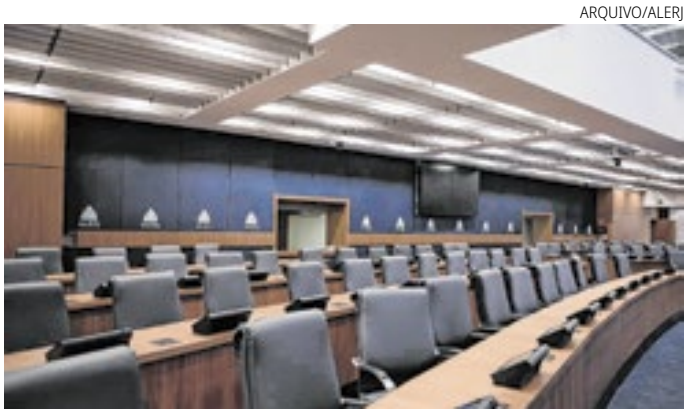
Teerã mantém o bloqueio de Hormuz desde fevereiro, o que provocou uma disparada nos preços da energia e criou um desafio eleitoral para Trump.

Em entrevista à Al Jazeera, divulgada no domingo (1º), Araghchi disse que Washington precisa aceitar uma nova rota, acordada entre Irã e Omã, para a passagem de embarcações, além de suspender as sanções e reduzir o número de tropas americanas na região. Desde agosto, a Casa Branca anuncia novas sanções, como parte do que classificou de "asfixia econômica" do Irã.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

ARQUIVO/ALERJ



Após feriado, Alerj discutirá orçamento estadual de 2027

Alerj começa a discutir orçamento do Estado para o próximo ano

A Alerj inicia nesta terça-feira (3) a discussão do orçamento estadual para 2027, que prevê um déficit de R$ 13,98 bilhões. A proposta do Executivo estima receitas líquidas de R$ 124,39 bilhões e despesas de R$ 138,37 bilhões. O projeto será debatido em plenário nos próximos dois dias, juntamente com a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Depois, os deputados terão entre 5 e 11 de novembro para apresentar emendas. Na justificativa encaminhada ao Legislativo, o governador em exercício, Ricardo Couto, atribuiu a manutenção do déficit à queda real na arrecadação de royalties e participações especiais e ao aumento de R$ 9,64 bilhões nas despesas com pessoal. Nesse cálculo, estão incluídas duas parcelas de reajuste salarial de 5,62% para os servidores estaduais, previstas na Lei 9.436/21.

Lei Seca poderá usar 'salivômetro'

As blitzes da Lei Seca no Estado do Rio poderão contar com o drogômetro, também chamado de salivômetro, aparelho que identifica o consumo de drogas por meio de uma amostra de saliva. A proposta, de autoria do deputado Rodrigo Amorim (PL), será analisada pela Alerj em primeira discussão. O objetivo é verificar se motoristas dirigem sob efeito de substâncias psicoativas ou outras drogas ilícitas. Caso receba emendas parlamentares, o texto sairá de pauta.

DIVULGAÇÃO/GOV RJ



Ideia é reforçar o trabalho da Lei Seca no Estado do Rio

Alerj discute assistência às famílias durante luto

O Dia de Finados, celebrado nesta segunda-feira (2), chama a atenção para os direitos das famílias fluminenses em situações de luto. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) reúne leis e propostas que buscam garantir assistência aos cidadãos diante da perda de um familiar, incluindo medidas para reduzir os impactos burocráticos e financeiros nesse momento. Desde 1992, no Estado do Rio, a Lei 2.015 autoriza o Poder Executivo a instituir um serviço funerário gratuito.

Conjunto de iniciativas

A norma integra o conjunto de iniciativas que são voltadas para a assistência de pessoas sem condições financeiras de custear os procedimentos relacionados ao falecimento. O tema também motivou a apresentação do Projeto de Lei 6.008/22, de autoria da ex-deputada Alana Passos, na Alerj, que propõe ampliar a assistência funerária gratuita para contemplar a cremação.

Perda no Judiciário

O desembargador Antônio Carlos Amorim morreu neste domingo (1º), aos 97 anos. A informação foi divulgada pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). Amorim presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) no biênio 1993-1994 e o Tribunal Regional Eleitoral entre 1995 e 1997.

Condolências

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1954, Carlos Amorim também exerceu a advocacia e atuou como jornalista no jornal Tribuna da Imprensa. Em nota, a Amaerj expressou condolências aos familiares e amigos do desembargador do Estado do Rio.

Eleição no MPRJ

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou a realização de uma nova eleição para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). A medida busca garantir transparência e igualdade de condições entre os candidatos no processo de escolha da direção do órgão.

Divergências

A recomendação foi expedida pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital. Segundo o Ministério Público, conselheiros relataram divergências sobre a divulgação antecipada das pautas das reuniões, a escolha da Comissão Eleitoral e o tempo concedido aos candidatos para apresentar suas propostas.

Novo portal

Aliás, está no ar o novo portal do Ministério Público Federal. Lançada neste sábado (31), a nova plataforma acompanha o avanço da tecnologia e busca garantir mais segurança e facilidade de acesso dos cidadãos aos serviços da instituição. Com isso, o MPF busca facilitar o caminho de quem chega ao site em busca de uma informação.

Mais obras

Dando continuidade à programação de celebração dos 194 anos de Barra Mansa-RJ, o prefeito Luiz Furlani assinou, nesta sexta-feira, dia 30, duas novas ordens de serviço para o início de obras no município. Os anúncios contemplam a construção de uma nova creche no bairro Colônia e a implantação de um reservatório de água.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Lula tentará conter hostilidade do Congresso na sua nova composição

Novo desenho da Esplanada visará estabilidade

Para analista, 'governo não busca revolução, mas ajuste fino'

Por **Gabriela Gallo**

A partir de 5 de janeiro de 2027, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumirá seu quarto mandato como presidente da República. E antes de subir a rampa do Palácio do Planalto novamente, ele já se articula com aliados para definir quem comandará seus ministérios.

A expectativa é que ele anuncie seus ministros na segunda quinzena de novembro ou no começo de dezembro. Ainda não há certeza do número exato de ministérios definidos, mas há chances do Ministério da Justiça e Segurança Publica ser separado em duas pastas.

Na avaliação do especialista em relações governamentais e professor do Ibmec Brasília Eduardo Galvão, "a tendência para o novo ciclo é de uma recomposição calculada, onde a prioridade do Palácio do Planalto será preservar a estabilidade da política econômica e a diplomacia".

"O governo não busca uma revolução na Esplanada, mas um ajuste fino de engrenagens: mantém-se a âncora técnica onde há estabilidade e oxigena-se a articulação política onde o Congresso cobra eficiência", destacou o professor em entrevista ao Correio da Manhã.

Diante disso, ele avalia que nomes como Dario Durigan (Ministério da Fazenda) e Mauro Vieira (Relações Exteriores) devem permanecer em suas pastas "para emitir sinais claros de previsibilidade". Além disso, também acredita que o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), deve retornar o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), embora haja também especulações de que o vice-presidente possa ir para Segurança Pública.

Porém, o professor de Políticas Públicas do Ibmec Brasília Arthur Wittenberg avalia que o Ministério da Fazenda deve passar por mudanças e citou como alternativa o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), nome que tem simpatia do mercado financeiro por seu perfil pragmático e experiência fiscal prática.

Um dos principais desafios para o governo federal será a nova composição do Congresso Nacional, majoritariamente de direita. Na avaliação de Eduardo Galvão, o cenário do Poder Legislativo exige um movimento mais incisivo de rearranjo no "núcleo político, Casa Civil e Secretaria de Relações Institucionais".

Após eleição, tentativa de pacificação política divide governo e oposição

Com Flávio nos EUA, ala do PL busca moderação e Alcolumbre tenta diálogo; especialista vê limites

Por **Beatriz Matos**

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Última declaração de Flávio Bolsonaro antes de sair do país: há chance de pacificação?

Cinco dias após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a oposição tenta definir como reagirá ao novo cenário político. Enquanto Flávio Bolsonaro (PL-RJ) busca liderar a direita dos Estados Unidos, parte do próprio partido defende reduzir as tensões e preservar espaço no Congresso.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também articula um entendimento entre os poderes. Mas a possibilidade de pacificação esbarra na situação judicial do ex-presidente Jair Bolsonaro e nas divisões dentro do PL.

Nos bastidores, parlamentares adotam cautela enquanto aguardam a reorganização do partido. Aliados esperam orientações da direção partidária, que convocou uma reunião da bancada para esta terça-feira (3). O cálculo envolve o comando do Congresso em 2027 e a carta em que o senador Flávio Bolsonaro questionou, sem provas, a vitória do presidente Lula.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, reprovou o documento, enquanto Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha derrotada, afirmou não haver provas de fraude. As manifestações não significam rompimento definitivo com Flávio, mas revelam incerteza sobre a condução da oposição.

REORGANIZAÇÃO DA DIREITA

Nos bastidores do PL, a possibilidade de pacificação divide opiniões sobre os rumos da oposição. Parte dos parlamentares prefere aguardar uma definição sobre a reorganização do partido e o papel de Flávio Bolsonaro na condução da direita. Para uma ala da legenda, reduzir o confronto político é visto como um caminho para reposicionar o partido após a derrota nas urnas para a Presidência da República.

O movimento também aparece nas articulações para a próxima legislatura. Integrantes da ala ligada a Valdemar avaliam a necessidade de preservar a atuação institucional do PL e evitar que os desdobramentos envolvendo Flávio comprometam as negociações no Congresso. A preocupação ocorre em meio à disputa pelo comando da Câmara e do Senado, enquanto o partido ainda busca definir quem conduzirá a oposição ao quarto mandato de Lula.

MAIS PRUDENTE

Para a advogada constitucionalista e professora universitária Lívia Medeiros, o reconhecimento das urnas por dirigentes políticos contribui para a estabilidade institucional, mas não basta para demonstrar uma mudança profunda. "É mais prudente falar em sinais de menor mobilização para contestar o resultado do que afirmar que o Brasil está menos radicalizado", afirma.

A diferença para 2022 aparece nas ruas. Após a derrota de Jair Bolsonaro, a Polícia Rodoviária Federal registrou 321 pontos de bloqueios ou aglomerações em estradas de 25 estados e do Distrito Federal, em 31 de outubro daquele ano. Havia também diversos acampamentos de pessoas em frente a quartéis pelo país, inclusive em frente ao Quartel-General do Exército, sede do comando da Força Armada, em Brasília. Neste início de pós-eleição, não se repetiu mobilização nacional de dimensão semelhante.

Para Lívia, uma possível explicação está nas consequências judiciais enfrentadas pelos envolvidos nos atos antidemocráticos. "Também considero plausível que a responsabilização pelos atos antidemocráticos tenha elevado a percepção dos riscos jurídicos de mobilizações violentas. Mas isso é uma interpretação, não uma causa comprovada", pondera.

NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Alcolumbre tenta abrir uma conversa sobre a redução dos conflitos institucionais. Entre aliados, são discutidas medidas relacionadas à pena de Jair Bolsonaro, em meio à pressão por impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A resistência de parlamentares do PL aparece em conversas reservadas. Um parlamentar da oposição ouvido pelo Correio da Manhã rejeitou a possibilidade de pacificação no atual cenário político.

Para ele, um entendimento sem mudanças na relação entre os poderes seria apenas uma tentativa de "colocar panos quentes e jogar sujeira para debaixo do tapete". O congressista defendeu que, antes de qualquer negociação, é necessário definir o que se entende por pacificar o país.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Paulinho da Força: "Desejo da maioria do povo brasileiro"

DOSIMETRIA

O impasse tem origem em negociações anteriores. Parlamentares bolsonaristas cobram avanços na aplicação da chamada Lei da Dosimetria, aprovada pelo Congresso para reduzir as penas dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, mas cuja aplicação foi suspensa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para integrantes da oposição, a falta de uma solução para essa questão dificulta a abertura de novas negociações. Assim, mesmo entre os defensores de medidas para diminuir as tensões políticas, persistem divergências sobre as condições necessárias para um entendimento.

O deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que foi o relator da Lei da Dosimetria, considera que a pacificação deve começar com uma mudança na relação entre o governo e seus adversários. Ao Correio da Manhã, afirmou que a população espera um país em que as diferenças políticas não impeçam o diálogo. "É um desejo, digamos assim, da maioria do povo brasileiro hoje, de ter um país civilizado, pacificado", declarou.

Para Paulinho, o primeiro passo deve partir do próprio presidente reeleito, que precisará buscar uma relação com os diferentes setores políticos. Paulinho defende "que o presidente Lula, que ganhou a eleição, seja presidente de todo o Brasil", e não apenas de seus eleitores. Na avaliação dele, esse movimento pode abrir espaço para a construção de acordos no Congresso.

Entretanto, Paulinho considera que a pacificação também depende de uma solução para a situação dos condenados pelos atos de 8 de janeiro. O deputado cobra que o STF se manifeste sobre a norma e defende a libertação daqueles que, em sua avaliação, já foram suficientemente punidos.

SEPARAÇÃO DOS PODERES

Lívia Medeiros ressalta que o diálogo precisa respeitar a separação dos poderes. "Uma pacificação duradoura exige compromissos públicos com regras que também sejam respeitadas quando contrariarem os interesses dos envolvidos." Ela lembra que o indulto compete à Presidência, a anistia exige lei aprovada pelo Congresso e o julgamento de ministros do Supremo por crimes de responsabilidade cabe ao Senado. Transformar essas atribuições em moeda de troca poderia criar outra crise.

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, também sinalizou disposição para cooperar com o governo, mas sem abrir mão da independência partidária. Durante evento realizado em Brasília, afirmou, "Nesse momento queremos ajudá-lo a ser um bom presidente, mas estaremos vigilantes". Kassab também defendeu a necessidade de elevar o padrão da política brasileira diante do descrédito da população em relação aos representantes eleitos.

"Não é possível afirmar uma pacificação ampla enquanto persistirem denúncias graves de violência política", adverte Lívia. Para ela, o diálogo institucional não substitui a proteção das pessoas. "A pacificação precisa ser sentida também por quem teme sofrer violência por sua identidade, seu território ou sua escolha política."

FLAVIO BOLSONARO

A permanência de Flávio nos Estados Unidos acrescenta outra variável. Lívia avalia que sua estratégia "pode favorecer um distanciamento, mas também pode alimentar a mobilização de seu núcleo mais fiel". O resultado dependerá do comportamento das lideranças e do respeito aos meios legais de contestação.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Vorcaro diz ao STF que família está sendo destruída e tenta barrar acesso a celular

A defesa do banqueiro Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, afirmou ao STF que sua família está sendo destruída pela exposição de informações pessoais extraídas de seu celular. Em petição apresentada à Corte, os advogados pediram que o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, seja impedido de acessar integralmente o conteúdo do aparelho.

"A intimidade de Daniel tem sido desnecessariamente exposta, a sua família tem sido destruída", afirma a defesa no documento encaminhado ao STF.

O pedido foi apresentado no âmbito do Inquérito 5.026, que investiga irregularidades relacionadas ao Banco Master. Os advogados contestam a possibilidade de Paulo Henrique ter acesso a todas as mensagens extraídas do celular de Vorcaro, incluindo conversas particulares sem relação com os fatos investigados.

DIVULGAÇÃO/SEC. ADMINIST. PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO



Ex-controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro está preso no Distrito Federal

Na petição, a defesa critica a amplitude do acesso pretendido e classifica a situação como uma "panaceia sem precedentes".

Os advogados sustentam que a restrição não comprometeria o direito de defesa do ex-presidente do BRB. "A Defesa entende que prejuízo nenhum existe à Defesa de Paulo Henrique ao lhe ser negado esse acesso", argumentam.

Subsidiariamente, caso o STF autorize o compartilhamento de informações, a defesa de Vorcaro pede que o acesso seja limitado aos diálogos dos quais Paulo Henrique Costa tenha participado, preservando as demais conversas armazenadas no aparelho.

O pedido busca impedir que informações particulares do banqueiro, sem ligação direta com a investigação, sejam disponibilizadas a terceiros no processo.

Justiça aponta fortuna ainda não localizada de fornecedor do PCC e CV investigado por esquema de R$ 4 bilhões

A Justiça aponta que parte dos recursos financeiros ligados ao traficante Luiz Carlos da Rocha, conhecido como Cabeça Branca, ainda não foi localizada. Apontado como fornecedor de cocaína ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e ao Comando Vermelho (CV), ele foi alvo de uma investigação da Polícia Federal sobre um esquema que teria movimentado R$ 4 bilhões.

A informação sobre os recursos não localizados consta de decisão do ministro Gilmar Mendes (STF), que negou um pedido da defesa para transferir Cabeça Branca do sistema penitenciário federal para uma unidade estadual.

Segundo o documento, a organização criminosa liderada pelo traficante negociou aproximadamente 27 toneladas de cocaína entre 2014 e 2017, recebendo cerca de US$ 138,2 milhões com as atividades ilícitas.

A Justiça considera que, mesmo preso desde julho de 2017, Cabeça Branca ainda representa risco à segurança pública devido ao seu poder econômico, à rede de contatos e à possibilidade de reorganização do esquema criminoso.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) destacou que as instâncias anteriores examinaram informações sobre "o papel de comando do paciente e os recursos financeiros ainda não localizados", concluindo que permanecem os motivos para sua manutenção em presídio federal.

DIVULGAÇÃO



Russo foi localizado pela PF em São Paulo

A defesa argumentou que o traficante, de 66 anos, não registra faltas disciplinares e enfrenta dificuldades de convivência familiar. Segundo os advogados, sua mãe, de 93 anos, não tem condições de viajar, enquanto um filho menor não o visita há mais de três anos.

Ao rejeitar o pedido, Gilmar Mendes ressaltou que "a periculosidade do paciente, sua capacidade de articulação extramuros e a gravidade das condutas imputadas justificam sua permanência no Sistema Penitenciário Federal".

A decisão mantém a renovação da permanência de Cabeça Branca no sistema federal por três anos. O documento não especifica o valor dos recursos que ainda não foram localizados.

Michelle diz que Bolsonaro rejeita busca por culpados após derrota de Flávio e pede união

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou, nesta sexta-feira (30), que o ex-presidente Jair Bolsonaro defende a união de seus apoiadores e rejeita a busca por culpados pela derrota de Flávio Bolsonaro nas eleições presidenciais. Em publicação no Instagram, Michelle negou que o marido esteja insatisfeito com aliados como Damares Alves, Tarcísio de Freitas, Nikolas Ferreira e Silas Malafaia.

Leia a íntegra da publicação de Michelle Bolsonaro:

"Vivemos tempos difíceis. Precisamos refletir e, só depois, agir.

Eu e o Jair (meu galego e nosso líder) temos conversado sobre isso. Ele sempre diz que é muito grato pelo empenho e sacrifício que - dentro das possibilidades - cada um fez em prol da campanha do Flávio. Ele lembra de cada um e reconhece com muita gratidão a mobilização de todos.

Em nossas conversas, o Jair sempre manifesta um carinho e uma gratidão especial a todas os apoiadores que se doaram porque acreditam em um futuro melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Por outro lado, ele se entristece quando vê notícias falsas, atribuindo a ele manifestações mentirosas, que pregam a divisão, apontam injustamente supostos "culpados" e afirmam exatamente o contrário do que ele verdadeiramente sente por pessoas como Damares, Tarcísio, Nikolas, Silas Malafaia e outros que estão sendo atacados: muito respeito, carinho e gratidão.

O meu marido ressalta que é momento de união e não de procurar culpados.

Não caiamos nas enganações daqueles que sempre semeiam o ódio, a mentira e provocam a nossa divisão em troca de likes e engajamento.

Deus está conosco e a Ele cabe o Julgamento e a Justiça!"

PINGA-FOGO

Tentativa de calar a direita fracassou com a ida de Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos

■ Sabotar a direita e se colocar à serviço da esquerda é quem criminaliza a busca de liberdade do senador Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos. No dia 28 de outubro, um dia após a revelação da viagem do senador, a coluna Magnavita, do Correio da Manhã, publicou a notícia com o título "Deixar o Brasil para não ser calado pelo STF foi o motivo da ida de Flávio para os EUA". A seguinte nota republicamos pela importância do registro:

■ "Alguém ouviu um pio de Jair Bolsonaro nestas eleições? Ele foi calado como líder da direita. Além da privação de liberdade, a condenação o impediu de se manifestar. O papel de porta-voz foi passado ao filho Flávio Bolsonaro. E se ele for preso preventivamente e com medidas que o irão calar? A ida para os Estados Unidos foi para garantir que ele possa se manifestar e não sofra as medidas restritivas impostas ao pai e a outros oposicionistas. A direita já tem o seu mártir, hoje preso e amordaçado, o que adiantaria ter um outro na cadeia e sem poder falar?."

■ A coluna foi um dos poucos espaços a dar o verdadeiro sentido à viagem, sem o preconceito de colegas, que, a serviço das suas convicções pessoais, adotaram o termo "fugir", sem levar em consideração dois pilares da vida democrática: a luta pela liberdade individual e a luta pela liberdade de expressão. Agora, o primeiro texto divulgado a partir dos Estados Unidos válida cada linha publicada pela coluna naquele 28 de outubro.

■ Escreveu Flávio Bolsonaro: "Não sai do Brasil, sai pelo Brasil! Sonhei com a mudança do nosso país para melhor e, no domingo, apenas sete minutos após o anúncio do resultado das eleições já havia uma decisão judicial com medidas cautelares contra mim, com base em mentiras.

■ Doze horas depois e no meio da rua, fui intimado do início da perseguição, ao deixar a casa do Presidente Bolsonaro. Tudo diante do olhar lacrimejado de um pai, com comorbidades, que está condenado a mais de 27 anos de prisão - sem ter cometido crime algum - e que já sofre pela distância de outro filho que não vê há mais de um ano e meio, em função da perseguição ilegal e arbitrária que também sofre".

■ Neste desabafo, Flávio Bolsonaro reafirma que a decisão foi para garantir o direito a livre expressão. Afirma: "Isso não é democracia e está muito longe de ser um processo judicial justo e imparcial. Ao menos estou num país onde posso manifestar livremente minha opinião, não serei alvo de um juíz que acordou com vontade de fazer o mal e enviou a sua polícia à minha casa para revirar as calcinhas das minhas filhas na gaveta. Fui candidato à Presidência enfrentando todo um sistema que quer as coisas continuem como estão no Brasil: ótimas para eles, mas muito piores para você".

■ No final, Flávio Bolsonaro foi buscar, no advogado do seu adversário e, hoje, ministro do STF, a definição do quadro que colocou Lula na cadeia, na equação que une parte da imprensa e decisões judiciais moedoras do estado de direito. Disse Cristiano Zanin, em 07 de agosto de 2016: "Não há remédio eficaz no Brasil para cessar violações a Direitos Humanos".

■ O senador finaliza com uma promessa, que dificilmente poderia cumprir se estivesse no Brasil: "Nos próximos dias, vou conversar com grandes veículos nacionais e internacionais. Sem cortes, sem filtro. Quem quiser ouvir, ouvirá o que ninguém mais pode dizer estando no Brasil."



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

FOTOS CM



Vista aérea do Beach Club



Fachada do Vila Galé Reserva do Paiva



Da esquerda para a direita: Juan Sander, gerente geral do Vila Galé Reserva do Paiva; José Carlos Ferreira, diretor regional de operações; Luiz Henrique Valverde, diretor executivo do Grupo Ricardo Brennand; Dr. Jorge Rebelo de Almeida, presidente e fundador da Vila Galé; Gonçalo Rebelo de Almeida, administrador da Vila Galé; e Porfírio Perdigão, diretor de operações da Vila Galé



Embaixadora de Portugal no Brasil, Isabel Brilhante, e Dr. Jorge



Dr. Jorge Rebelo e a governadora em exercício Priscila Krause



Dr Jorge Rebelo e colaboradores da Vila Galé Reserva do Paiva



Dr. Jorge Rebelo, Gonçalo Rebelo, a governadora em exercício Priscila Krause, junto com autoridades e empresários de Pernambuco



O Chef Clodoaldo Ramos sendo cumprimentado pela governadora em exercício Priscila Krause, com Dr. Jorge Rebelo ao fundo



Lula Cabral, Priscila Krause e Dr. Jorge



Gonzalo Rebelo fala sobre a confiança que tem no Brasil



Marcelo Patelli, diretor comercial da New Age Operadora, cumprimenta Dr. Jorge e Gonzalo



Dr. Jorge Rebelo junto com uma das atrações que se apresentaram na inauguração do Vila Galé Reserva do Paiva



Equipe de vendas do Vila Galé



Jornalistas portugueses compareceram à festa

Vila Galé inaugura dois hotéis em uma semana e reforça investimentos no Nordeste

A Vila Galé inaugurou, no fim de outubro, dois hotéis no Nordeste. O primeiro, no dia 27, em São Luís, capital do Maranhão, o Vila Galé Collection Ópera São Luís, e o segundo, no dia 31, em Cabo de Santo Agostinho, cidade de Pernambuco, chamado de Vila Galé Reserva do Paiva. As unidades representam a forte presença da rede no país.

A solenidade de abertura em Pernambuco contou com a presença da governadora, Priscila Krause; da secretária de Desenvolvimento Econômico do estado, Danielle Jar Souto; do prefeito de Cabo de Santo Agostinho, Lula Cabral; do presidente da EMPETUR, Eduardo José Carneiro da Cunha Loyo; e do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto. Além das autoridades, a cerimônia reuniu cerca de 400 convidados, entre representantes do setor turístico, parceiros, empresários e profissionais de imprensa.

"Este é o nosso segundo investimento em Cabo de Santo Agostinho e a segunda inauguração da Vila Galé nesta mesma semana. São dois empreendimentos no Nordeste, uma região de grande importância para o desenvolvimento da nossa operação no Brasil. Acreditamos muito nos diferenciais da região, que reúne belezas naturais, riqueza cultural, gastronomia e uma hospitalidade muito especial. Ao longo dos nossos 25 anos no país, temos investido continuamente na região e contribuído para fortalecer o turismo, gerar empregos e movimentar a economia local. É uma satisfação ampliar nossa presença em Pernambuco e continuar participando do crescimento do turismo brasileiro", afirmou Dr. Jorge Rebelo de Almeida, presidente e fundador da Vila Galé.

Gonçalo Rebelo de Almeida, administrador da Vila Galé, também aproveitou o evento para demonstrar sua confiança no Brasil. "Quando nos perguntam quantos hotéis queremos ter em nosso portfólio, eu sempre digo que não temos um número fechado, pois nos guiamos por aquilo que faz sentido para o grupo. Por exemplo, faz sentido investir em novos destinos, assim como em hotéis que proporcionem novas experiências aos nossos hóspedes."

Na cerimônia, os convidados acompanharam apresentações artísticas de música e dança, entre elas o maracatu, manifestação cultural e folclórica que reúne influências das culturas africana, portuguesa e indígena. Para completar, foi servido um jantar com inspirações nas culinárias de Portugal e de Pernambuco.

MAGNIFIC



Funcionário conquista prêmio: excelência profissional não cabe em uma única medida

Do Operário Padrão ao profissional efêmero

MUDANÇA RADICAL

Se antes longos anos na mesma empresa era símbolo de lealdade, hoje é de acomodação

Por **Ana Carolina Martins**

Houve um tempo em que passar décadas na mesma empresa era motivo de orgulho. O trabalhador dedicado, assíduo, disciplinado e fiel à fábrica era considerado um exemplo a ser seguido. Sua trajetória podia render o reconhecimento da empresa e até uma premiação nacional. Já hoje, na maioria dos ambientes corporativos, permanecer muito tempo no mesmo cargo desperta suspeitas de acomodação, enquanto se lançar em novas empreitadas, cursos, experiências e somar qualificações é frequentemente associado à ambição e evolução profissional.

Essa mudança de perspectiva considera como ponto de partida o "Prêmio Operário Padrão", criado em 1955 pelo jornal O Globo, sendo ampliado nacionalmente com a participação do Serviço Social da Indústria (Sesi). A campanha homenageava os trabalhadores considerados exemplares, cujos critérios incluíam dedicação, zelo, relacionamento com colegas, respeito à hierarquia e tempo de serviço. A avaliação ainda podia considerar a formação profissional, a vida familiar e a participação comunitária.

O vencedor do certame, geralmente, ganhava uma viagem com a esposa de avião para o litoral, com todas as despesas pagas, recebia vários prêmios, além de se tornar conhecido, pois sua fotografia era divulgada em outdoors e jornais da região, como menciona o trabalhador Cleber, trabalhador da Usiminas, que venceu o concurso Operário Padrão em seu setor de trabalho no início da década de 2000: "Significa o reconhecimento por aquilo que você faz. Demonstra que aquilo que você está fazendo está sendo visto, está sendo avaliado e recompensado. Sentimo-nos recompensados pela nossa dedicação. Em muitas empresas a pessoa dedica, dedica, dedica e ninguém vê (...)".

O concurso refletia um modelo de trabalho no qual a permanência na empresa por longos anos, a experiência acumulada e a lealdade institucional eram muito valorizadas. No entanto, essa mesma concepção carregava contradições: a disciplina e a obediência à hierarquia eram importantes em estruturas nas quais a autonomia e o questionamento das decisões superiores eram bastante limitadas.

Décadas depois, o mundo mudou velozmente e o vocabulário corporativo mudou. Criatividade, iniciativa, flexibilidade, domínio tecnológico e aprendizado contínuo passaram a ocupar espaço nas avaliações profissionais. Além de executar bem as tarefas, a expectativa é a de que o trabalhador aprenda continuamente novas ferramentas, proponha soluções e se adapte às velozes mudanças constantes.

A transformação ampliou as possibilidades, mas também transferiu responsabilidades. O trabalhador passou a responder por administrar a própria empregabilidade, atualizar seus conhecimentos e preparar-se para mudanças que nem sempre controla. A segurança de uma trajetória previsível cedeu espaço à necessidade de provar, continuamente, que se mantém necessário ao empregador.

ADALBERTODAY.BLOGSPOT.COM



No primeiro ano do concurso, em 1965, Leopoldo Ferrari, da Cia Hering, conquistou o prêmio de Operário Padrão de Blumenau e Santa Catarina.

'ESTABILIDADE' X 'ACOMODAÇÃO'

Entretanto, tempo de casa e desenvolvimento profissional não são medidas equivalentes. Um trabalhador pode passar 30 anos na mesma empresa, ampliar competências e tornar-se referência em sua área. Outro pode permanecer décadas na mesma função sem oportunidades de crescimento. Da mesma forma, trocar frequentemente de emprego não significa necessariamente evoluir.

A rotatividade também nem sempre é uma escolha. Embora mudar de empresa possa resultar em melhores salários e oportunidades, as demissões, terceirizações, os contratos precários e a falta de perspectivas também fragmentam carreiras. Dados baseados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2024 indicam que cerca de 31,5% dos vínculos formais tinham menos de um ano de duração, enquanto 31,6% deles ultrapassavam os 5 anos.

Os números mostram que a permanência continua relevante no mercado brasileiro, apesar do peso dos vínculos curtos. O que não significa, porém, estabilidade garantida nem representam todos os trabalhadores do país.

EXPERIÊNCIA AINDA TEM VALOR?

O contraste aparece também na relação entre experiência e idade. Apesar de valorizarem profissionais experientes, empresas podem impor barreiras à contratação de candidatos mais velhos. Anos de conhecimento acumulado nem sempre se convertem em vantagem nos processos seletivos.

A especialista em recrutamento, Isis Borge, executiva da Talenses Group, em um artigo publicado na revista Você RH, defende que permanecer muitos anos na mesma empresa não significa necessariamente estagnação. O problema surge quando o trabalhador deixa de assumir novos projetos, responsabilidades e desafios.

Ela também defende que o mercado pode valorizar a permanência prolongada, desde que acompanhada de desenvolvimento profissional.

Giselle Welter, consultora de carreiras e CTO da RH99, avalia que a permanência prolongada permite conhecer profundamente a organização e o seu setor de atuação, algo mais difícil de alcançar quando o trabalhador muda constantemente de emprego. "Você pode se tornar um especialista."

O problema não está em escolher entre juventude e experiência, mas em criar condições para que ambas possam contribuir para os resultados. A atualização profissional é necessária, mas não deveria servir de justificativa para descartar trabalhadores capazes de aprender e produzir.

A exigência de atualização permanente acompanha transformações como a digitalização, a automação e as novas formas de organização produtiva. Em muitos setores, aprender continuamente deixou de ser diferencial para se tornar requisito básico de permanência.

Entretanto, atribuir exclusivamente ao trabalhador a responsabilidade por manter sua empregabilidade ignora desigualdades de acesso à educação, falta de oportunidades e discriminação etária. Nem todos dispõem dos mesmos recursos para se reinventar.

Há também um paradoxo para as empresas: ao mesmo tempo que buscam flexibilidade, podem perder profissionais experientes, conhecimentos acumulados e vínculos construídos ao longo dos anos. A substituição frequente de equipes gera custos de contratação e treinamento e po' de comprometer a continuidade da evolução dos processos.

A excelência profissional não cabe em uma única medida. Produtividade, iniciativa, conhecimento técnico, colaboração e capacidade de aprender precisam ser avaliados de acordo com a função e as condições oferecidas. Permanecer pode representar compromisso ou falta de alternativas; mudar pode expressar ambição ou necessidade.

Se o Operário Padrão simbolizou uma época em que a dedicação à empresa era celebrada como virtude, o trabalhador contemporâneo enfrenta outra exigência: provar continuamente o seu valor. A questão é: será que essa pressão se traduz em desenvolvimento ou apenas transfere ao indivíduo os custos de um mercado cada vez mais instável?

Feminicídios recuam 19,1% em São Paulo; homicídios caem entre janeiro e setembro

Prisões por violência doméstica sobem; roubos seguidos de morte aumentam no balanço mensal

DIVULGAÇÃO POLÍCIA CIVIL



Segundo os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), os dois últimos indicadores tiveram os menores totais da série histórica

Da **Redação**

A capital paulista registrou 38 feminicídios de janeiro a setembro de 2026, ante 47 no mesmo intervalo de 2025, uma redução de 19,1%. No período, os homicídios dolosos passaram de 376 para 338, queda de 10,1%, e os latrocínios recuaram de 28 para 23. Segundo os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), do Governo do Estado, os dois últimos indicadores tiveram os menores totais da série histórica para os nove primeiros meses do ano.

Enquanto os registros de feminicídio diminuíram, o número de agressores presos por violência doméstica aumentou 36,3%. Foram 2.881 prisões entre janeiro e setembro deste ano, frente a 2.114 no mesmo período de 2025. O balanço apresenta os dois movimentos, mas não estabelece uma relação de causa e efeito entre o crescimento das prisões e a redução das mortes de mulheres.

O recorte de setembro mostra resultados diferentes conforme o tipo de crime. Os feminicídios caíram de seis para quatro na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os homicídios dolosos diminuíram 12%, de 50 para 44 ocorrências. De acordo com a SSP, esse foi o segundo menor número de homicídios da série histórica para o mês de setembro.

Já os latrocínios tiveram alta no comparativo mensal, apesar da redução no acumulado do ano. A cidade registrou três roubos seguidos de morte em setembro de 2026, contra dois no mesmo mês de 2025. Assim, a queda observada nos nove primeiros meses não se repetiu nesse indicador no levantamento mensal da Secretaria.

A pasta utiliza o programa SP Vida para reunir e analisar informações sobre crimes contra a vida. A iniciativa do Governo busca identificar padrões das ocorrências e subsidiar investigações. Segundo os dados da secretaria, os dados também orientam ações preventivas e estratégias policiais em regiões e situações com maior concentração de homicídios e latrocínios.

Para o atendimento a mulheres em situação de violência, a capital conta com nove Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs). Sete dessas unidades funcionam 24 horas por dia. Há ainda salas especializadas em delegacias comuns com atendimento ininterrupto. Em todo o estado, são 144 DDMs, das quais 39 mantêm funcionamento durante as 24 horas.

As delegacias especializadas recebem denúncias, investigam os casos e solicitam medidas protetivas quando necessário. A rede estadual inclui também serviços da Polícia Militar e ferramentas digitais voltadas ao atendimento das vítimas e ao acompanhamento de situações de violência doméstica.

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Cabine Lilás atende mulheres que acionam o telefone 190. Policiais femininas prestam orientações sobre direitos, medidas protetivas e serviços de apoio. Pelo aplicativo SP Mulher Segura, é possível registrar boletins de ocorrência pela internet, localizar unidades policiais e utilizar o botão do pânico, que envia um alerta à polícia e a um contato de emergência.

A Patrulha SP Mulher Segura realiza o policiamento preventivo e tambpem acompanha casos de violência doméstica no Estado, incluindo os identificados pela Cabine Lilás e pelo aplicativo. O foco principal é prevenir ataques.

Governo de SP simplifica tributação de 74 produtos

Da **Redação**

O Governo de São Paulo retirará mais 74 produtos do regime de substituição tributária do ICMS (ICMS-ST) a partir de fevereiro de 2027. A medida, publicada no Diário Oficial do Estado desta quinta (29), inclui materiais de construção, micro-ondas e margarinas e integra o processo de simplificação tributária da Secretaria da Fazenda (Sefaz-SP).

Esta é a sexta etapa de redução do regime. No fim de 2025, a lista reunia 749 itens. Com as mudanças, o total cairá para 208, redução de 72,2%. Ao longo de 2026, segmentos como medicamentos, perfumaria, autopeças e pneumáticos também deixaram de integrar o ICMS-ST.

No setor de materiais de construção, a retirada de todos os produtos busca eliminar dúvidas sobre a classificação das mercadorias para fins tributários. Segundo o governo estadual, a iniciativa pretende reduzir custos e facilitar a rotina das empresas.

A medida acompanha a transição prevista na reforma tributária, que estabelece o fim do ICMS-ST. Pela Lei Complementar 227/2026, os produtos que permanecerem no regime ao fim de 2032 terão os estoques inventariados, e o imposto retido será homologado e compensado com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A retirada gradual de itens, segundo a Sefaz-SP, reduz os custos dessa transição.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



Materiais de construção estão entre os produtos da simplificação tributária.

Na substituição tributária, o ICMS de toda a cadeia de circulação de uma mercadoria é recolhido por um único contribuinte, geralmente o fabricante ou importador. Com a exclusão dos 74 produtos, o imposto passará a ser calculado e recolhido em cada etapa da comercialização, conforme o sistema de tributação.

Na prática, as empresas deixarão de antecipar o pagamento do ICMS. A alteração também simplifica procedimentos fiscais. Com a saída desses produtos do regime, cada empresa recolherá o imposto relativo à própria operação.

Kobra pinta Senna em novo mural de Interlagos

Painel reúne marcos paulistanos; autódromo amplia capacidade para o GP

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Segundo a Prefeitura, a pintura ocupa cerca de 2 mil metros quadrados, com 225 metros de comprimento e 8,17 metros de altura

Da **Redação**

O Autódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo, recebeu um mural de Eduardo Kobra que reúne Ayrton Senna, moradores e referências arquitetônicas da capital. O painel foi apresentado antes do Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1, marcado para os dias 6 a 8 de novembro. O circuito também passa por obras de ampliação das arquibancadas e recuperação da infraestrutura.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, a pintura ocupa cerca de 2 mil metros quadrados, com 225 metros de comprimento e 8,17 metros de altura. Na composição do desenho, o tricampeão mundial aparece ao lado de pessoas de diferentes profissões e idades. A proposta do artista é abordar a identidade paulistana e a participação dos moradores na construção da cidade.

Entre os personagens retratados estão a enfermeira Viviane Araújo Passos, o guarda civil Joseilson dos Santos Alves, a gari Daniele Cristina Pedro, o aposentado Adolfo Ferreira da Rocha e a estudante Ana Clara. O painel inclui ainda o Pateo do Colegio, o Pacaembu, o Theatro Municipal, a Oca do Ibirapuera, a Catedral da Sé, o Masp e o Monumento às Bandeiras.

Kobra já havia produzido homenagens a Senna em Ímola, na Itália, e em Miami, nos Estados Unidos. Em Interlagos, a concepção aproxima a trajetória do piloto de histórias de pessoas que vivem e trabalham em São Paulo. Viviane tem 42 anos e atua há 18 na saúde pública. Ana Clara, de 13 anos, representa estudantes da rede municipal de ensino da capital.

As intervenções nas arquibancadas dos setores A, D e OTC somam R$ 83,3 milhões. A capacidade informada para assentos passa de 21.794 para 29.606, aumento de 7.812 lugares, ou 35,8%. As obras começaram em agosto de 2025. O setor D, que não tinha arquibancada, receberá 5.358 cadeiras. No A, serão mais 1.480 lugares; no OTC/Laranjinha, outros 974.

Outro contrato, de R$ 37,75 milhões, abrange a pista, o pit lane e instalações permanentes, com conclusão prevista para dezembro de 2026. Estão previstos serviços de pavimentação, pintura e tratamento do asfalto para melhorar drenagem e aderência, além da revisão de sinalização, barreiras, redes elétricas e sistemas de combate a incêndio.

A recuperação e o reforço das coberturas dos setores B, Pit Stop e M têm investimento de R$ 8,99 milhões. Já a reforma do muro de divisa, a implantação de gradil e uma nova passarela na área do Heineken Village integram um contrato de R$ 48,72 milhões, com término previsto para junho de 2027. O autódromo recebeu ainda o Selo de Acessibilidade municipal.

Concluído em fevereiro de 2026, o pacote de R$ 127 milhões incluiu o Hospitality Center, dois túneis de acesso para máquinas e um prédio administrativo. O centro tem 22 mil metros quadrados e capacidade para 6 mil pessoas. Na pista de arrancada, pavimentação, iluminação e adequação do talude somam R$ 38,9 milhões.

Após o GP, deve começar a recuperação da Área de Preservação Permanente do circuito. O contrato de R$ 5,8 milhões prevê mudas nativas e movimentação de terra para melhorar a drenagem e conter a erosão.

Para os três dias da corrida, a GCM prevê quase 2 mil agentes e mais de 730 viaturas. Haverá também atendimento do Protocolo Não Se Cale, com profissionais de Psicologia, assistência social e orientação jurídica para acolher vítimas de violência, assédio e discriminação e encaminhá-las aos serviços públicos. A equipe presente atenderá também outras ocorrências, como de racismo, LGBTfobia, xenofobia e demais violações de direitos humanos na prova.

Fernando Sastre é condenado a 17 anos de prisão

Da **Redação**

O empresário Fernando Sastre de Andrade Filho foi condenado a 17 anos, um mês e dez dias de prisão pela morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana, de 52 anos, e pelas lesões gravíssimas causadas a Marcus Vinícius Machado Rocha. A sentença foi anunciada na madrugada desta sexta-feira (30), após dois dias de julgamento no Fórum Criminal da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

A pena será cumprida inicialmente em regime fechado. Sastre não poderá recorrer em liberdade e foi declarado inabilitado para dirigir veículos automotores. A defesa apresentou recurso de apelação e busca a anulação do júri, por considerar que a decisão contraria as provas do processo.

Os jurados reconheceram homicídio qualificado com dolo eventual, ao entenderem que o empresário assumiu o risco de matar. Também acolheram a qualificadora de perigo comum, pela exposição de outras pessoas ao risco, além da responsabilidade pelas lesões sofridas pelo passageiro e amigo no Porsche.

A colisão ocorreu em 31 de março de 2024, na Avenida Salim Farah Maluf, no Tatuapé, na zona leste da capital. O Porsche 911 de Sastre atingiu a traseira do Renault Sandero de Ornaldo, que chegou a ser socorrido, mas morreu. Marcus, que acompanhava o empresário, precisou de cirurgia para a retirada do baço.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



A pena terá início em regime fechado, sem poder recorrer em liberdade.

A perícia realizada apontou que o Porsche chegou a 156 km/h antes da batida, em uma via com limite de 50 km/h. Para a acusação, o consumo de álcool e a velocidade excessiva sustentavam o enquadramento por dolo eventual. A defesa pediu a desclassificação para homicídio culposo e o afastamento da qualificadora.

Durante o interrogatório de quinta-feira (29), Sastre admitiu ter ingerido bebida alcoólica antes de dirigir. Até então, negava o consumo. Ele negou intenção de causar a colisão e pediu perdão aos familiares das vítimas. Na sentença, a juíza Melanie Liesenberg considerou que o réu ignorou pedidos de amigos para não dirigir.

A saída do empresário do local sem fazer o teste do bafômetro também foi discutida. A policial que autorizou sua liberação relatou que a mãe dele disse que o levaria ao hospital. Sastre voltou para casa e se apresentou à polícia depois. Preso preventivamente desde o mês de maio de 2024, ele permaneceu detido após o julgamento. Os policiais envolvidos no atendimento também passaram a responder a um processo na Justiça Militar.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (ESTAGIÁRIO) **E RAFAEL CHINAGLIA**

BRUNO NETTO/CÂMARA DE GUARULHOS



Vereadores mantiveram dois Vetos em projetos de autoria parlamentar

Guarulhos aprova Plano de Carreira para Assistente da Prefeitura

A Câmara de Guarulhos aprovou projetos sobre carreira dos servidores, transparência de emendas parlamentares e reconhecimento de entidades. O PL 217/2026 que estabelece o plano de cargos, carreira e salários dos assistentes de gestão pública e ainda passará por mais uma votação. Também foram aprovados, em segunda discussão, projetos que regulamentam a apresentação e fiscalização de emendas impositivas e definem critérios de transparência e controle desses recursos. Em primeira discussão, avançaram propostas sobre a inclusão do Encontro dos Povos Indígenas no calendário municipal e o reconhecimento de utilidade pública da Associação Fazendo a Diferença GRU. Dois vetos do Executivo foram mantidos. Os vereadores também aprovaram o relatório final da CEI que investigou obras de canalização e tratamento de esgoto, com encaminhamento ao Ministério Público.

Arujá debate inclusão e saúde em sessão dupla

A Câmara de Arujá realizou a 77ª Sessão Ordinária de 2026, seguida de uma extraordinária, com propostas sobre inclusão de pessoas com TEA, saúde, apoio a mães atípicas e transparência. Entre os projetos, estão iniciativas de vacinação domiciliar e qualificação profissional para autistas, além da criação de carteira para pacientes com câncer. Na sessão extraordinária, foram aprovados dois projetos da Prefeitura: um altera emendas impositivas e outro autoriza crédito especial de R$ 10,05 milhões.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE ARUJÁ



Vereadores aprovaram duas propostas durante sessão extraordinária

Osasco aprova R$ 1,3 mi para Esporte e Defesa Civil

A Câmara de Osasco aprovou projetos que destinam R$ 1,3 milhão ao Esporte e à Defesa Civil por emendas impositivas. São R$ 100 mil para o projeto Fomento à Prática Esportiva no Parque Antônio Temporim, R$ 147,8 mil para equipamentos da Defesa Civil e R$ 1,1 milhão para modernizar o Campo do Seno, no Novo Osasco. Os dois primeiros projetos, aprovados em segundo turno, seguem para sanção do prefeito. A proposta para o Campo do Seno passou em primeira votação e será novamente analisada na quinta-feira (29)..

Taboão aprova projeto que valoriza artistas locais

A Câmara de Taboão da Serra aprovou por unanimidade o projeto que cria o programa Cria de Taboão. A proposta prevê a inclusão de ao menos um artista local na programação de eventos culturais, apoiados ou patrocinados pelo município, quando houver contratação de atrações. A medida busca valorizar a produção artística e ampliar oportunidades de trabalho e renda. O texto segue para análise do prefeito.

Cotia

A Câmara de Cotia aprovou seis projetos de lei e manteve quatro vetos durante a 35ª Sessão. Entre as propostas está o PL 153/2026, que estabelece diretrizes de transparência e acompanhamento das indicações parlamentares encaminhadas ao Executivo. Também foram aprovadas medidas sobre saúde, transporte e serviços públicos.

São Bernardo do Campo

A Guarda Ambiental de São Bernardo aplicou R$ 264,3 mil em multas por infrações ambientais. Dois homens foram autuados em R$ 20.520 por pesca irregular na Represa Billings. Na ação, foram apreendidos 16 panos de rede. A ocorrência foi encaminhada à Dicma. A população pode denunciar crimes ambientais pelo telefone 153.

São Caetano do Sul

O vereador Bruno Vassari (PSB) apresentou indicação para que a Prefeitura de São Caetano do Sul estude a proibição do plantio de espécies vegetais tóxicas para animais domésticos em áreas públicas. A proposta também prevê a substituição gradual da vegetação de risco existente e a instalação de placas de alerta em praças, parques e jardins.

Ferraz de Vasconcelos

A Câmara de Ferraz de Vasconcelos aprovou, em dois turnos, o projeto de lei complementar nº 0025/2026, que cria o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis). A proposta oferece descontos de até 100% em juros e multas para contribuintes com débitos municipais vencidos até 31 de dezembro de 2025. O texto segue para sanção do Executivo.

Guarulhos

A Comissão de Obras e Serviços Públicos da Câmara de Guarulhos deu parecer favorável ao PL 274/2025, que prevê a instalação de caixas de correio comunitárias em loteamentos irregulares e comunidades urbanas. A proposta facilita o recebimento de correspondências e encomendas em locais sem endereçamento ou infraestrutura adequada.

Carapicuíba

O vereador Fabricio Souza (Repu) solicitou à Prefeitura a disponibilização de psicólogos para atender professores e coordenadores da Rede Municipal de Ensino. Apresentada na 35ª Sessão Ordinária, a indicação nº 2.058/2026 aponta a sobrecarga e o desgaste mental enfrentados pelos profissionais na rotina escolar.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP.



O setor de logística reúne 4.792 vagas em São Paulo, 48% do total da região.

Setor de logística concentra as vagas na Grande SP nesta semana

Vagas de logística respondem a 48% das oportunidades em São Paulo

Da **Redação**

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem 10,1 mil vagas de emprego na região administrativa da capital nesta semana. As oportunidades estão distribuídas em mais de 200 unidades no estado, vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A área de logística concentra 4.792 vagas, o equivalente a 48% do total.

A ocupação com mais oportunidades é auxiliar de logística, com 4.128 vagas. Na sequência aparecem alimentador de linha de produção (975), operador de telemarketing ativo (420), faxineiro (334), agente de segurança (315), armazenista (295), despachante de transportes coletivos, atendente de lojas e mercados (250), operador de caixa (174) e motorista de caminhão regional e internacional (162).

Entre as unidades com maior oferta, o PAT de Santana de Parnaíba reúne 2.245 vagas. Em seguida estão Itapecerica da Serra, com 1.687 oportunidades; Itapevi, com 1.411; Barueri, com 1.191; e Embu, com 615.

Para utilizar os serviços, os interessados devem comparecer ao PAT mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. Os endereços das unidades estão disponíveis no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Além da intermediação de mão de obra, os postos oferecem gratuitamente serviços como habilitação ao Seguro-Desemprego. As vagas podem ser preenchidas a qualquer momento, e a quantidade disponível pode mudar ao longo do dia.

Outra opção para quem procura emprego é o Trampolim, plataforma digital gratuita que reúne vagas e cursos de qualificação. O sistema permite filtrar oportunidades por área de atuação e localização, além de oferecer testes de habilidades e ferramenta para elaboração de currículo.

A plataforma possui uma seção voltada a pessoas com 60 anos ou mais que buscam retornar ao mercado de trabalho. Nesse espaço, o público pode consultar cursos de qualificação e informações sobre microcrédito.

Os serviços dos PATs são gratuitos e estão disponíveis em municípios de todo o estado. A ferramenta reúne oportunidades selecionadas e recursos para ajudar candidatos a identificar habilidades, preparar o currículo e buscar vagas a partir com seu perfil.

Campinas é destaque no Los Angeles Brazilian Film Festival com o filme Amigos do Bairro

Produção selecionada conta com a participação de seis jovens atores da cidade no elenco principal

Por **Raquel Valli**

DIVULGAÇÃO



Brasileiros, incluindo os de Campinas, no tapete vermelho em Los Angeles, por conta do filme Amigos do Bairro

Campinas marcou presença no LABRFF – Los Angeles Brazilian Film Festival, em Culver City, por conta da seleção do longa-metragem Amigos do Bairro, uma produção que conta com a participação de seis jovens atores da cidade no elenco principal.

A obra é um projeto coletivo desenvolvido pela escola Oficina Brasil de Artes em parceria com a produtora FW Filmes, contando também com a atuação da entidade Sorri Campinas na direção de acessibilidade.

Entre os protagonistas convidados estão Gabriel Godoy (conhecido por atuações em novelas da Rede da Globo como "O Negócio", "Alto Astral", "Haja Coração", "Verão 90", "Família é Tudo" e "Coração Acelerado"), Raissa Xavier (atriz baiana com passagens por produções como "Pantanal", "Segundo Sol", "Justiça 2" e "Bom Dia, Verônica") e João Baldasserini (com trajetória em obras como "Crô em família", "De repente, Miss" e "Família é tudo").

A direção do longa de 70 minutos é assinada por Fernanda Schiavo, cineasta, roteirista e atriz graduada em Cinema e Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi, com pós-graduação pela FAAP e trabalhos em séries de streaming nas plataformas Prime Video, Claro TV+ e Vivo Play.

O elenco conta com sete pessoas com deficiência, representando 35% do total de 20 atores profissionais, todos com registro profissional ou em fase de obtenção. "Eles não estão no filme para interpretar 'a deficiência', não são personagens construídos a partir de limitações, diagnósticos ou estereótipos. São crianças e adolescentes que pertencem àquele bairro, participam das brincadeiras, das investigações, dos conflitos e das aventuras exatamente como os demais personagens. São atores com deficiência interpretando personagens", afirma a diretora.

Para viabilizar a exibição internacional e a passagem pelo tapete vermelho em Los Angeles, uma comitiva de 24 pessoas, englobando elenco, familiares e equipe, deslocou-se para os Estados Unidos.

A terapeuta ocupacional Ester Piza, da Sorri Campinas é responsável pela acessibilidade do projeto, e e enfatizou o significado da iniciativa: "Para nós é muito importante esse momento, pois ele valoriza não a deficiência e sim a capacidade de cada um desses jovens atores, que foram supercompetentes nos papéis que interpretaram no filme".

Entre os intérpretes locais, que desfilaram por um tapete vermelho pela primeira vez, estão Lucas Nicodemos, Carlos Mesquita, Julia Barbosa, Vitor Fogagnoli, João Pedro Costa e Letíciah Menezes. "O filme foi uma oportunidade de mostrar minha arte enquanto pessoa com deficiência, mostrar algo que vai além dela, que não importa a deficiência: atuar é o que realmente é importante", pontuou Menezes.

SINOPSE

O enredo acompanha o cotidiano de um grupo de amigos que vive no mesmo bairro, cujos dias são preenchidos por brincadeiras de rua, gincanas, investigações curiosas e o ponto de encontro é a garagem de um deles.

Mas, a rotina sofre uma reviravolta com o surgimento de um forasteiro silencioso e observador, que desperta a desconfiança das crianças e motiva uma investigação.

Seguindo os passos do recém-chegado, o grupo descobre que ele atua como capanga do Homem Misterioso, um empresário visionário que se aproxima dos pais dos jovens para ofertar um novo aparelho eletrônico: o celular.

Sustentando promessas de segurança e inclusão no universo digital, o negociante convence os adultos de que a tecnologia é indispensável para o futuro da garotada. Contudo, os protagonistas percebem que o artefato ameaça transformar suas vidas e destruir seu mundo de interações presenciais, impulsionando-os a uma jornada para revelar a verdade e alertar sobre os riscos ocultos do dispositivo.

Zona Azul: cobrança rua Coronel Quirino começa hoje (3)

Da **Redação**

A rua Coronel Quirino, no Cambuí, passa a contar com 101 vagas de Zona Azul Digital a partir desta terça-feira, 3 de novembro, no trecho entre as ruas Bandeirantes e Conceição. A Emdec vai orientar os motoristas sobre o uso do estacionamento rotativo até 6 de novembro, sem aplicação de multas durante as ações educativas. Com a ampliação, Campinas chega a cerca de 2 mil vagas distribuídas pelas regiões Central, Cambuí e Guanabara.

A ampliação adotada pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) nesta região busca promover o uso democrático do espaço e estimular o acesso aos comércios. Para tirar dúvidas e antecipar a mudança aos condutores, a Emdec realiza, desde o dia 28 de outubro, um período de orientação, sem aplicação de multas. São distribuídos folhetos com o passo a passo para a ativação das vagas.

Foram 26 placas de Zona Azul instaladas ao longo do trecho. As vagas de carga e descarga, táxi, paradas rápidas de 15 minutos e exclusivas (idosos e pessoas com deficiência) foram preservadas, além dos bolsões de motocicletas.

Confira como vai funcionar: serão 101 vagas na Coronel Quirino, entre a Bandeirantes e a Conceição. A permanência máxima é de duas horas. O valor fixo é de R$ 4 em dias úteis e R$ 2 aos sábados. O funcionamento será de segunda a sexta, das 9h às 18h; e aos sábados, das 9h às 13h. Como ativar: pelo aplicativo gratuito "Emdec", pelo QR Code disponível nas placas de sinalização ou diretamente nos pontos de venda credenciados. As formas de pagamento são cartão de crédito, débito, Pix ou boleto bancário. O uso irregular da Zona Azul é infração grave com cinco pontos na CNH, multa de R$ 195,23 e remoção do veículo ao Pátio Municipal.

Em janeiro deste ano, a região do Cambuí recebeu 114 vagas na avenida Coronel Silva Telles, no trecho entre as avenidas Júlio de Mesquita e a José de Souza Campos (Norte-Sul).

A etapa seguinte contemplará trecho a ser definido da rua Maria Monteiro.

DIVULGAÇÃO/EMDEC



A Emdec instalou 26 placas de Zona Azul ao longo do rua Coronel Quirino

Hospital de Americana capacita equipes em cuidados paliativos

Treinamento no HM de Americana reforça assistência humanizada aos pacientes

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE AMERICANA



Capacitação abordou controle da dor, acolhimento familiar e qualidade de vida de pacientes com doenças graves

O Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, em Americana, promoveu um treinamento sobre cuidados paliativos e hospice para qualificar a assistência a pacientes com doenças graves. A capacitação, com o tema "Cuidar quando não é possível curar", abordou o controle da dor, o alívio do sofrimento e a importância de oferecer conforto e preservar a dignidade dos pacientes e familiares. A atividade teve participação de profissionais de outras unidades administradas pelo Grupo Chavantes.

Conduzido pela enfermeira especialista em cuidados paliativos Jessica Duarte de Freitas Rodrigues, o treinamento buscou ampliar o conhecimento das equipes e desmistificar a ideia de que esse tipo de assistência é destinado exclusivamente a pessoas em fase final de vida. A abordagem pode ser adotada durante a evolução de doenças graves, com foco na qualidade de vida e no acolhimento.

Durante a capacitação, a especialista explicou que os cuidados paliativos consideram o paciente de forma integral, contemplando aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais. O trabalho envolve uma equipe multiprofissional e também oferece suporte aos familiares durante o adoecimento e o processo de luto.

Segundo Jessica, a assistência paliativa não significa interromper tratamentos ou deixar de buscar alternativas para o paciente. O objetivo é controlar sintomas, aliviar a dor e respeitar as necessidades individuais. A identificação dos casos que exigem atenção paliativa e o diálogo com familiares também foram destacados como pontos fundamentais para qualificar o atendimento.

A enfermeira ainda apresentou as diferenças entre cuidados paliativos e hospice. Enquanto os primeiros podem acompanhar pacientes com doenças graves ao longo de sua evolução, o hospice é direcionado especialmente à assistência na etapa final da vida. As duas abordagens podem ser complementares, conforme as necessidades de cada pessoa.

Para a gerente assistencial do hospital, Sarah Guimarães, a capacitação fortalece o preparo dos profissionais diante de situações complexas e contribui para uma assistência mais humanizada. O diretor médico da unidade, Fernando Bertola, também participou da atividade e ressaltou a importância de reconhecer quando os cuidados paliativos são indicados e conduzir cada situação com responsabilidade e sensibilidade.

A superintendente da Fundação de Saúde de Americana, Lilian Franco de Godoi, afirmou que a qualificação das equipes é essencial para garantir atendimento integral, com respeito, conforto e acolhimento em todas as etapas da assistência.

A iniciativa integra o programa de educação permanente do Hospital Municipal e busca aprimorar continuamente o atendimento oferecido à população.

Santa Bárbara d'Oeste intensifica fiscalização durante período de reprodução dos peixes

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA



Operação Piracema restringe pesca para proteger espécies nativas nos rios.

Santa Bárbara d'Oeste inicia a Operação Piracema para reforçar a fiscalização nas represas e ribeirões durante o período de reprodução dos peixes, que começou no último domingo dia 1° de novembro e segue até 28 de fevereiro de 2027. O município integra a bacia hidrográfica do Rio Paraná, abrangida pelas regras de proteção à desova das espécies nativas.

Durante os quatro meses, ficam proibidos o uso de redes, tarrafas e iscas de origem aquática, além da captura de espécies nativas. Também deve ser respeitada a distância mínima de 1.500 metros de comportas, desembocaduras e afluentes.

A fiscalização será realizada pela Guarda Civil Municipal, por meio do Grupamento de Proteção Ambiental (GPA), com patrulhamento terrestre e náutico, uso de drones e apoio da equipe do Canil.

A Piracema é o período em que os peixes sobem os rios contra a correnteza para se reproduzir. Nessa fase, ficam mais vulneráveis à pesca, o que exige medidas para proteger a desova e garantir a renovação das espécies.

Quem for flagrado pescando irregularmente poderá ser encaminhado à delegacia e estará sujeito a multas de R$ 700 a R$ 100 mil, além de detenção de um a três anos. Denúncias podem ser feitas pelo telefone 153. As restrições seguem a Lei Federal nº 9.605/98 e a Instrução Normativa nº 26/2009 do Ibama.

Denúncias sobre pesca irregular podem ser feitas à Guarda Civil pelo telefone 153.

Mamografias gratuitas chegam a Antônio de Posse e Monte Mor

Da **Redação**

As Carretas da Mamografia do Governo de São Paulo atenderão mulheres de Santo Antônio de Posse e Monte Mor entre os dias 17 e 28 de novembro, com exames gratuitos para prevenção e diagnóstico do câncer de mama. Na região, os veículos ficarão na Praça Coronel Davis Baptista, em Santo Antônio de Posse, e na Praça Princesa Isabel, no Parque Imperial, em Monte Mor.

A iniciativa integra o programa Mulheres de Peito, da Secretaria de Estado da Saúde, e atende mulheres acima de 35 anos que não tenham realizado mamografia nos últimos 12 meses. Mulheres de 50 a 74 anos precisam apresentar apenas RG e cartão SUS. Já pacientes de 35 a 49 anos e acima de 74 anos devem levar pedido médico.

O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com distribuição de até 50 senhas por dia. Aos sábados, são oferecidas até 25 senhas, das 8h às 12h. A entrega é feita por ordem de chegada, sem necessidade de agendamento.

Em caso de alterações nos exames, as pacientes são encaminhadas a serviços de referência do SUS para investigação ou tratamento. Todos os procedimentos são gratuitos, incluindo a entrega dos resultados. O itinerário completo das carretas pode ser consultado no site ou aplicativo do Poupatempo. O programa também atenderá outros oito municípios paulistas em novembro.

NATIONAL CANCER INSTITUTE/ UNSPLASH



Carretas da Mamografia do Estado atendem cidades da RMC

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Ministério do idoso

O povo, nessa eleição, não só reconheceu o terceiro mandato do presidente Lula, mas sobretudo, o conjunto de tudo que ele representou e representa para o Brasil e o mundo.

Seus governos transformaram, para melhor, a vida de dezenas de milhões de pessoas. Que alcançaram dignidade através de suas políticas públicas.

Seus governos e sua trajetória pessoal e política motivaram milhões de idosas e idosos, no segundo turno, a sair de suas casas, mesmo sem a obrigação legal de fazê-lo e ir votar no 13, para dizer ao Brasil que não admitiriam Lula derrotado pela extrema direita. E que é merecedor do tributo e da confiança das brasileiras e brasileiros.

Há notícias de que Lula deseja criar o Ministério do Idoso. Fiquei muito feliz.

Fui deputado estadual durante doze anos e pude contribuir com um arcabouço legal de garantias aos idosos no estado do Rio. Foram muitas leis de minha autoria: passe livre nos transportes intermunicipais em ônibus, metrô, trens, barcas e vans legalizadas (não só para idosos como também para estudantes da rede pública e PCDs), o Conselho Estadual do Idoso, Prioridade na Justiça, Delegacia do Idoso, gratuidade nos museus e meia-entrada nos cinemas e teatros, entre outras iniciativas.

Depois, no Senado Federal, assumi o mandato em fevereiro de 2003 e no mesmo mês assumi a presidência da Sub-Comissão do Idoso, e apresentei no mesmo mês um projeto de lei que criava o Estatuto do Idoso.

Meu amigo,senador Paulo Paim, me procurou e disse que já havia apresentado o mesmo projeto em 1997, quando era deputado federal. E que o projeto estava parado na Câmara dos Deputados. Abri mão do meu projeto e entendi que seria mais profícuo lutar pela aceleração do projeto de Paim na Câmara e, em seguida, aprová-lo no Senado. Assim foi feito.

Em 21 de agosto de 2003, o projeto de Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados. Ao chegar ao Senado assumi a relatoria pela CAS, Comissão de Assuntos Sociais, e, em 23 de setembro de 2003, o Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade no Senado Federal.

No dia 1° de outubro de 2003, o Presidente Lula sancionou a lei que criava o Estatuto do Idoso. Estatuto esse que garante uma série de direitos aos idosos do Brasil.

23 anos se passaram e a população com 60 anos ou mais é de 35,2 milhões de pessoas. E com 70 anos ou mais são 15,24 milhões de brasileiras e brasileiros. Em 2003, ano do Estatuto do Idoso, eram 16,7 milhões com 60 anos ou mais. E com 70 anos ou mais eram 5,7 milhões de pessoas.

Portanto, é em boa hora que o presidente Lula anuncia a criação do Ministério do Idoso. A população brasileira envelheceu e as políticas públicas não acompanham esse processo. Há necessidade de um novo Estatuto do Idoso Digital, à semelhança do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Digital. Há necessidade de políticas transversais entre os diversos ministérios e órgãos do governo federal e uma política vigorosa de apoio e estímulo às cidades e aos estados brasileiros no incremento de políticas locais.

Os idosos nesse segundo turno deram uma aula de civismo. É hora do governo brasileiro criar o Ministério do Idoso. Todos os brasileiros e brasileiras desejam envelhecer com dignidade, porque respeitar o idoso é respeitar a si mesmo.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

A hora é de muita calma

Muita calma nesta hora. Isto é o mínimo que se pode exigir dos políticos brasileiros- vencedores e derrotados - para que o país siga em frente. A tentativa de alguns de implantar um regime de terror, como o boicote ao comércio comandado por gente da esquerda coloca em risco a democracia, sem trazer qualquer benefício ao país.

Atitudes assim servem apenas para manter em evidência derrotados que buscam espaço junto ao eleitorado. Ninguém deseja um país apático, sem discussões políticas, sem correntes divergentes. As divergências, com a consequente busca da convergência através, do diálogo é da essência do regime democrático.

E o que estamos assistindo hoje nos dá a certeza de que o diálogo, a busca do consenso para enfrentar nossos problemas, que são graves, especialmente na área econômica / financeira, não está na agenda dos políticos, especialmente os ditos de oposição.

Como é da velha prática de nosso mundo político, o que já estamos assistindo é o governo buscando não o diálogo em torno de propostas, mas a cooptação de quem, na campanha, se dizia oposição, mas que já aceita “mudar de lado” em troca de favores, cargos ou vantagens.

Mas se existem os cooptáveis, existem os radicais, os que não aceitam apoiar nem dialogar com quem considera adversários fidagais os que pensam diferente politicamente. Gente que se diz de direita ou de esquerda. São estes que ameaçam o país. Gente que não sabe dialogar, que não respeita os que pensam diferente. São os que hoje colocam o país em risco. Que só sobrevive politicamente com o radicalismo, sem se importar que o país enfrenta ameaças sérias, internas e externas- e que precisa de união, não de adesão simplesmente- na busca de soluções.

Não, não estou defendendo os adesistas. Respeito os que pensam diferente, desde que se tenham grandeza para se sentarem à mesa para colocar suas ideias, suas propostas e buscar o consenso. Os que fogem, os que já pensam na próxima eleição não ajudam em nada.

ISIS NÓBILE DINIZ

Membro do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)

O Brasil desenha um novo horizonte energético

Há momentos em que os números contam histórias que vão além das estatísticas. Ano passado, em 2025, a geração de energia solar alcançou a produção de todas termelétricas fósseis no Brasil, pela primeira vez. O Sol, que há tanto tempo ilumina o país tropical, ganhou um novo lugar na paisagem energética brasileira.

A abundância de Sol e a de vento, somadas à tradição nacional no uso de fontes renováveis na geração de energia elétrica, oferecem ao país condições singulares para construir uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis. Essa vantagem já aparece nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), divulgadas esta semana pelo Observatório do Clima, que conta com a participação do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Mesmo com o crescimento da atividade econômica, as emissões que causam o aquecimento global associadas à energia, praticamente, não avançaram.

Todo o setor de energia brasileiro teve uma pequena alta de 1,2% nas emissões, passando de 422 MtCO2e para 427 MtCO2e (milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, medida usada para contabilizar os diferentes gases de efeito estufa em uma só unidade). A presença expressiva das fontes renováveis ajudou a conter o avanço.

Quando falamos do setor de energia, abordamos também a energia que move os veículos. O transporte responde, todos os anos, por cerca de metade das emissões nacionais desse setor. Em 2025, bateu recorde com 228 milhões de toneladas de dióxido equivalente (MtCO2e). Desse total, 123 milhões vieram do transporte de cargas e 105 milhões, de passageiros. Uma das possíveis explicações é o aquecimento da economia. Afinal, com mais atividade econômica, cresce também a necessidade de transportar pessoas e mercadorias.

Mesmo com o avanço dos veículos elétricos de passageiros, que já têm participação relevante nas vendas anuais totais de carros, o consumo de combustíveis fósseis continua se elevando. Em 2025, o consumo de diesel de petróleo aumentou 3%, enquanto o de gasolina A, sem a mistura de etanol, e o de gasolina C, vendida nos postos, também cresceram.

Nossa sorte é que o Brasil conta com outro aliado: os biocombustíveis. O etanol puro ou misturado à gasolina e o biodiesel ao diesel ajudaram a reduzir as emissões totais do setor, mostrando que é possível seguir produzindo, crescendo e se deslocando, com menos impacto sobre o clima.

O consumo de etanol, em geral, avançou 4%, todas as porcentagem deste texto são de dados de 2025 em comparação com 2024. Juntos, etanol e biodiesel representaram um quarto dos combustíveis no transporte nacional, um recorde. Vale lembrar que os biocombustíveis ajudam na mitigação das emissões e na redução da dependência externa de importações. No entanto, salvaguardas, principalmente em relação ao uso de terra, são necessárias.

Vale lembrar que, dentro desse contexto, ainda precisamos avançar para cidades em que o transporte coletivo seja a primeira escolha, confortável e acessível, e uma logística de transporte de cargas mais eficiente, capaz de conectar regiões sem ampliar na mesma proporção as emissões.

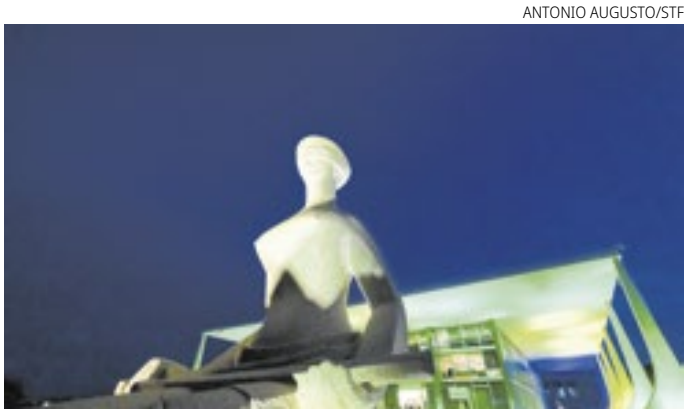
O sistema elétrico também pode acompanhar esse caminho para uma transição energética justa. Para aproveitar melhor a energia solar e eólica, necessitamos investir em armazenamento e desenvolver soluções que permitam equilibrar a oferta e a demanda. O desafio é fazer com que a energia do Sol e do vento, disponível em determinados momentos e lugares, possa chegar a quem precisa sem ser descartada por ser gerada em excesso.

O Sol e os recursos naturais sempre estiveram aqui. O que muda é a capacidade de transformá-los em novas possibilidades. Que este marco seja um sinal de que podemos construir um futuro energético mais limpo, justo e conectado às necessidades do país. Um amanhã que já começou a nascer, mesmo sabendo que ainda temos desafios relevantes no processo de transição energética brasileira.

CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

ANTONIO AUGUSTO/STF



Discussão de reforma do Judiciário parece inevitável

Judiciário: reforma profunda ou empurrar com a barriga

O PL se articula para que a deputada Bia Kicis (DF), eleita senadora, seja a principal integrante da oposição nas discussões que deverão acontecer já no início do ano que vem sobre a reforma do Judiciário. A eventual escolha de Bia Kicis já será uma indicação importante sobre os rumos que terão essa reforma. Seu grau de profundidade e sua capacidade ou não de cumprir a ideia que parece estar por trás dela de gerar um apaziguamento que evite as soluções mais radicais, como processos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não passa pela cabeça de Bia Kicis trocar uma reforma, por mais profunda que seja, pela possibilidade de discutir e vir a aprovar afastamentos de ministros, especialmente Alexandre de Moraes. Desde já, porém, é clara a impressão de que mudanças no Judiciário serão a primeira grande discussão do Congresso em 2027.

Entre a discussão e a mudança

Um dos autores de um livro sobre reforma do Judiciário escrito há 30 anos e editado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o advogado com atuação nas Cortes superiores e analista político Melillo Dinis é cético quanto a uma reforma mais profunda do Judiciário, embora ela hoje seja mais do que necessária. "Não sei se será a principal reforma a acontecer na próxima legislatura. Sei que será a principal pauta da discussão política", avalia ao Correio Político.

MARCELLO CASAL JRAGÊNCIA BRASIL



Bia Kicis pode se escalar para a discussão pela oposição

Principal fator de crise

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva enxergou, ainda no meio da campanha, que não seria possível fugir do tema do Judiciário. A enorme crise entre os poderes foi um dos maiores desgastes que teve que enfrentar. A tentativa da oposição de colar nele Alexandre de Moraes, suas decisões no mínimo controversas e o excesso de poder que conquistou quase lhe custaram a reeleição. Lula entendeu que a mudança do Judiciário se tornou vital. Ou a Suprema Corte seguirá como principal fator de crise do país.

Reeleição ajuda ou atrapalha?

Reeleito, Lula tentará conduzir o início da discussão. Mas é justamente na sua reeleição que reside a maior incógnita. Com ele, elegeu-se o Congresso mais à direita da história. Até que ponto essa direita eleita estará disposta a trocar a chance de impeachment de ministros pela reforma? A reeleição ajuda Lula ou a direita usará a sua força para atrapalhá-lo e manter acesa a crise?

Para os próximos

Um dos problemas é que qualquer mudança sobre mandatos e critérios de escolha só valerá para os próximos ministros. Não poderá retroagir para os atuais. Esses seguirão com mandato vitalício interrompido somente por aposentadoria compulsória aos 75. Com 50 anos, o ministro mais novo da Corte, Cristiano Zanin, ainda terá 25 anos de STF.

Moraes

Outro ponto complicado é que, ao final do mandato de Edson Fachin, quem assumirá a presidência do STF será o controverso Alexandre de Moraes. Ou seja, o maior alvo dos humores da oposição, com todos os poderes que já possui na condução das ações sobre os atos antidemocráticos e o ex-presidente Jair Bolsonaro é o próximo no comando.

Ambiente

Talvez todos esses fatores não venham a produzir o melhor ambiente para uma discussão serena de mudanças para o Judiciário. Especialmente se a oposição enxergar que tais mudanças visarão apenas a empurrar os problemas dos excessos do Judiciário com a barriga. Tudo deverá envolver muito a disposição que terá o Centrão.

Alcolumbre

O Centrão, assim, segue como o grande fiel da balança política. E um de seus principais líderes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), surge como nome importante da articulação. Mas o que se viu este ano foi Alcolumbre numa posição pendular, ora próximo do governo ora da oposição. Para onde ele penderá caso siga no comando?

Mudanças

De qualquer modo, alguns temas já começam a despontar na pauta como principais mudanças discutidas. Um tempo de mandato para os ministros. Aumento da idade mínima para ser ministro do STF. Redução das decisões monocráticas e mudanças nos critérios de escolha são alguns dos pontos que tudo indica serão discutidos.

Mudanças no Correio

Muito honrado, a partir desta terça-feira passo a ocupar nova função no Correio da Manhã. Caberá a mim fazer a coordenação e integração de todas as seis diferentes edições diárias do jornal. Mais responsabilidade. Com isso, a editoria de Política passa a ser de Tales Faria, que assume o Correio Político. Seguirei no espaço que era dele na página 4.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Fachin tenta conter os ânimos exaltados na Suprema Corte

Fachin começa a devolver ações para apaziguar o Supremo

Presidente da Corte devolve para André Mendonça relatoria do INSS

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, devolveu ao ministro André Mendonça a relatoria do caso que investiga os desvios de dinheiro de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – que vieram a público graças à Operação Sem Desconto, deflagrada no ano passado pela Polícia Federal (PF).

A decisão foi publicada na noite da última quinta-feira (29) e considerou que não há fatos até o momento que justifiquem a relatoria do caso com a Presidência do Supremo "tendo em vista a ausência, ao menos no presente momento, de elementos concretos e suficientemente individualizados que justifiquem sua manutenção excepcional na Presidência". A decisão foi tomada após manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Já os procedimentos em relação à Operação Compliance Zero, que investiga a grande fraude financeira e um esquema de corrupção política envolvendo o Banco Master e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, permanecerão sob a gestão da Presidência do Tribunal, em caráter excepcional e provisório.

A investigação virou alvo de polêmica e crises internas dentro do próprio STF após investigações da PF apontaram suposto envolvimento de ministros da Suprema Corte nos esquemas de Vorcaro – especialmente Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, mas também são citados os nomes de Gilmar Mendes, Luiz Fux e o próprio André Mendonça.

Segundo Edson Fachin, a manutenção do caso Master com a relatoria da Presidência do STF é limitada ao prazo máximo de 90 dias, contados a partir de 12 de setembro. Contudo, a relatoria da presidência poderá ser reavaliada caso ocorram uma das seguintes situações: a conclusão do julgamento, pelo Plenário do STF; o término do prazo regimental do pedido de vista do ministro Flávio Dino (feito em 15 de setembro); ou a entrega do relatório detalhado solicitado à PF sobre as menções a ministros do STF em investigações ligadas ao Banco Master.

As decisões de Edson Fachin foram uma tentativa de tentar amenizar a crise instaurada devido ao caso do Banco Master, envolvendo principalmente André Mendonça e Alexandre de Moraes.

Ataque à Binance pode render indenização

Falhas de segurança podem gerar obrigação de ressarcimento

REPRODUÇÃO



O episódio, divulgado nesta sexta-feira (30), provocou instabilidade no mercado de criptomoedas e levou a empresa a anunciar medidas emergenciais para rastrear e congelar os recursos desviados

Da **Redação**

O ataque cibernético contra a Binance, maior plataforma de negociação de criptomoedas do mundo, que provocou a suspensão temporária de saques e depósitos e atingiu ativos estimados em US$ 6,3 bilhões, reacendeu uma discussão jurídica importante: quem deve responder pelos prejuízos quando investidores perdem dinheiro em decorrência de falhas de segurança nas corretoras de ativos digitais?

O episódio, divulgado nesta sexta-feira (30), provocou instabilidade no mercado de criptomoedas e levou a empresa a anunciar medidas emergenciais para rastrear e congelar os recursos desviados. A Binance também informou que pretende cobrir as perdas relacionadas ao ataque. Apesar disso, o incidente levanta questionamentos sobre a proteção jurídica dos usuários, especialmente daqueles que mantêm investimentos em plataformas internacionais.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor e decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) oferecem fundamentos para responsabilizar empresas que não garantem a segurança adequada dos recursos sob sua custódia.

Segundo Bruno Medeiros Durão, especialista em Recuperação de Tributos e Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a atuação de criminosos virtuais não significa, necessariamente, que a plataforma esteja isenta de responsabilidade.

"O fato de um prejuízo ter sido provocado por hackers não afasta automaticamente a responsabilidade da empresa. Quando o investidor confia seus recursos a uma plataforma, existe uma obrigação de segurança na prestação do serviço. Se uma falha dessa estrutura permitir o desvio de ativos, pode surgir o dever de ressarcimento, independentemente da identificação dos criminosos", explica Durão.

Em junho de 2025, a Quarta Turma do STJ reconheceu a responsabilidade objetiva de uma plataforma de criptomoedas por falhas de segurança que resultaram no desaparecimento de aproximadamente R$ 200 mil em bitcoins de um usuário.

No julgamento do Recurso Especial 2.104.122, o tribunal entendeu que a empresa não havia demonstrado o cumprimento adequado dos procedimentos de autenticação necessários para validar a operação contestada.

O precedente é relevante porque estabelece que ataques praticados por terceiros não afastam, por si só, a responsabilidade da plataforma quando o prejuízo decorre de deficiência nos mecanismos de proteção.

Para Durão, a decisão representa um avanço na proteção dos investidores e reforça a necessidade de transparência nas operações com ativos digitais.

"O mercado de criptomoedas não está fora do alcance da legislação brasileira. A jurisprudência já reconhece que empresas responsáveis pela intermediação e custódia desses ativos podem ser obrigadas a reparar prejuízos decorrentes de falhas do próprio serviço. O investidor não deve ser obrigado a assumir sozinho o risco de uma vulnerabilidade tecnológica que não provocou", afirma.

A responsabilização, entretanto, depende das circunstâncias concretas, incluindo a identificação da falha, o serviço contratado e a relação entre o incidente e o prejuízo reclamado.

Além do eventual desaparecimento de criptomoedas, a suspensão de saques e depósitos levanta outra questão: o que acontece quando o investidor fica temporariamente impedido de movimentar seu patrimônio?

Embora a interrupção emergencial das operações possa ser uma medida legítima de segurança, sua duração, justificativa e consequências precisam ser analisadas à luz das obrigações contratuais e das normas aplicáveis.

CMN amplia em R$ 2 bi limite de crédito aos entes

Da **Redação**

Os estados, os municípios e o Distrito Federal terão R$ 2 bilhões adicionais para pegarem emprestados no sistema financeiro até o fim do ano. Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou, de R$ 28,625 bilhões para R$ 30,625 bilhões, o limite global de operações de crédito para os governos locais.

Em nota, o Ministério da Fazenda informou que a medida busca ampliar a capacidade de estados e municípios de obter empréstimos para financiar projetos e outras despesas autorizadas, tanto com garantia da União quanto sem essa garantia.

Segundo o governo, a ampliação foi possível após um levantamento da Secretaria do Tesouro Nacional identificar recursos fiscais nos estados previstos para 2026 que não devem ser usados até o fim do ano.

COMO FUNCIONA A MEDIDA

Os limites definidos pelo CMN estabelecem quanto os governos estaduais e municipais podem contratar em operações de crédito dentro das regras fiscais aplicáveis.

Na prática, a ampliação permite que esses entes tenham mais espaço para buscar financiamentos, desde que cumpram as exigências legais e fiscais para contratar os empréstimos.

EXISTEM DUAS MODALIDADES PRINCIPAIS:

Crédito com garantia da União: o governo federal oferece uma garantia ao credor caso o estado ou município não cumpra as obrigações do empréstimo. Essa garantia pode facilitar o acesso ao financiamento, mas depende do atendimento aos critérios exigidos;

Crédito sem garantia da União: o próprio estado ou município assume a obrigação perante o credor, sem garantia federal para a operação.

A resolução amplia os limites disponíveis para as duas modalidades.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Medida eleva teto anual para R$ 30,6 bi em 2026 e redistribui recursos

NOVOS LIMITES DE CRÉDITO

A distribuição dos R$ 2 bilhões adicionais ficou definida da seguinte forma:

Operações com garantia da União: aumento de R$ 1,5 bilhão, de R$ 8,5 bilhões para R$ 10 bilhões.

Operações sem garantia da União: aumento de R$ 500 milhões, de R$ 6,5 bilhões para R$ 7 bilhões.

Com isso, os sublimites destinados a essas operações passam a somar R$ 17 bilhões.

Os demais limites definidos pelo CMN permanecem inalterados.

A ampliação foi baseada em um levantamento da Secretaria do Tesouro Nacional junto aos entes que participam de programas de acompanhamento e ajuste fiscal.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS



CNJ aponta regulação de vagas como estratégias para reduzir excesso

Superlotação mantém prisões brasileiras com ocupação de 150%

As prisões brasileiras registram taxa média de ocupação de 150%, cenário que compromete a segurança e a administração das unidades, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado na quinta-feira (29). Para enfrentar o problema, o órgão aposta em Centrais de Regulação de Vagas e mutirões processuais penais. Desde 2023, 718 mil processos foram reanalisados, resultando em 277 mil alterações processuais. Quase 51 mil pessoas deixaram a prisão após a revisão dos casos. As Centrais de Regulação de Vagas já foram implantadas em 11 estados. No primeiro ano do plano Pena Justa, seis unidades da Federação mantiveram a ocupação abaixo de 130%. O Maranhão apresentou o menor índice do país, com 101,5%. A iniciativa é coordenada pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça para enfrentar a superlotação e as violações de direitos humanos no sistema prisional.

Fachin arquiva mais inquéritos das Fake News

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, arquivou mais cinco investigações do Inquérito das Fake News, aberto em 2019 pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli. As apurações envolviam Rui Costa Pimenta, Gilson Machado, Alex Brasil, uma brasileira residente nos Estados Unidos e publicações em um grupo no Telegram. A decisão atendeu a pedidos da Procuradoria-Geral da República (PGR), que apontou falta de provas ou prescrição dos crimes. Fachin já havia arquivado outras três investigações na semana passada.

G. DETTMAR/ CNJ



Ministro do STF prevê encerrar investigação aberta em 2019

CNJ muda registro de mortes em ações policiais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, uma resolução que determina a inclusão do contexto da morte nas certidões de pessoas mortas em ações policiais. A medida padroniza os registros e permite que familiares solicitem a retificação do documento. A norma também proíbe expressões como “auto de resistência” e “resistência seguida de morte”. A inclusão não altera a causa médica registrada nem implica reconhecimento automático de responsabilidade do Estado ou dos agentes envolvidos.

STJ manda prender presidente do TCE de MG

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a prisão preventiva do presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso e de outros cinco investigados por suspeita de irregularidades. A operação também afastou 15 agentes públicos. A apuração identificou possíveis pagamentos paralelos de R$ 48,4 milhões a sete conselheiros do órgão, além de suspeitas de lavagem de dinheiro e favorecimento de empresas.

Transferência para reserva

O STF começou a julgar se militares diagnosticados com HIV podem ser obrigatoriamente transferidos para a reserva, mesmo sem apresentar sintomas. O caso tem repercussão geral e deverá orientar decisões semelhantes em todo o país. A Corte analisa se o diagnóstico, isoladamente, justifica a reforma por incapacidade para o serviço militar.

Energia na Bahia

A Justiça determinou que a Coelba apresente, em até 30 dias, um cronograma para levar energia elétrica à comunidade Guarda-Mor, em Abaíra. Cerca de 200 moradores estão sem o serviço há mais de dez anos. A decisão também obriga a Aneel a fiscalizar o cumprimento das metas. Foi fixada multa diária de R$ 1 mil em caso de descumprimento.

Guia de atendimento

O Conselho Nacional de Justiça lançou um guia para orientar equipes que atendem pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei. Elaborado pelo Ministério da Saúde, o material reúne diretrizes para integrar Justiça, saúde e assistência social, além de fortalecer o cuidado em liberdade. O país conta com 39 equipes especializadas.

Precatórios da Cedae

O STF analisa se dívidas judiciais da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), do Rio de Janeiro, devem seguir o regime de precatórios. A ADPF 1.090 foi apresentada pelo governo fluminense contra decisões que afastaram a aplicação desse modelo de pagamento. O julgamento virtual começou em 23 de outubro e está previsto para terminar nesta terça (3).

Violência contra mulheres

O CNJ aprovou uma recomendação para orientar magistrados a identificar e combater o uso abusivo de processos judiciais como forma de perseguição, intimidação ou retaliação contra mulheres. A orientação prevê análise do contexto das ações, identificação de condutas repetitivas e atenção às desigualdades entre as partes.

Desapropriação de imóveis

O STJ estabeleceu critérios para definir o valor de indenizações por desapropriação de imóveis. Nas desapropriações por utilidade pública ou interesse social, a avaliação não poderá considerar preços posteriores a um ano do ajuizamento da ação. Para reforma agrária, o limite é de 90 dias. A decisão busca evitar distorções provocadas pela demora dos processos.

ANTONIO CRUZ/ AGÊNCIA BRASIL



Ministra Isabel Gallotti suspendeu temporariamente o saque do auxílio

STJ suspende saque de novo auxílio a atingidos em Brumadinho

Decisão interrompe repasse dos valores até análise de recurso da Vale

Da **Redação**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu temporariamente o saque dos valores destinados a um novo auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), em 2019. A liberação aos beneficiários ficará interrompida até o julgamento de recurso da Vale. A decisão, porém, não suspende a obrigação de a mineradora continuar realizando os depósitos determinados na ação civil pública em tramitação na Justiça de Minas Gerais.

Associações de atingidos pediram o novo benefício com base na Lei 14.755/2023, que instituiu a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e prevê auxílio para as vítimas até a recuperação das condições de vida anteriores.

A primeira instância autorizou o pagamento, e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve a decisão. Para a corte, os danos continuam afetando as comunidades e o auxílio previsto na lei de 2023 constitui obrigação diferente daquela estabelecida no acordo judicial de reparação firmado em 2021, que destinou R$ 4,4 bilhões ao Programa de Transferência de Renda (PTR).

A Vale recorreu ao STJ. A empresa afirma que cumpriu as obrigações relativas ao auxílio previstas no acordo e que novos pagamentos poderiam violar a coisa julgada. Também questiona a aplicação da lei de 2023 a um desastre anterior à sua entrada em vigor.

Ao analisar o pedido, Gallotti considerou que a complexidade do caso exige exame mais aprofundado. O TJMG reconheceu o cumprimento do acordo, mas admitiu novos pagamentos diante da continuidade dos danos e do possível esgotamento do PTR.

Para a relatora, há dúvidas sobre se a nova obrigação pode contrariar a coisa julgada formada com a homologação do acordo. Ela também apontou risco de prejuízo de difícil ou impossível reparação, já que os valores são repassados aos beneficiários antes da análise definitiva.

A decisão suspende apenas o levantamento dos recursos depositados na ação civil pública, até o julgamento definitivo do agravo em recurso especial. O mérito da discussão ainda será analisado pelo STJ. O recurso ainda aguarda julgamento no tribunal.